

P. Roque Jr. B. B. 12



CRB

REVISTA DA CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

Ano VIII-N.º 90
Dezemb.de1962

Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil

SUMÁRIO

DOCUMENTOS	727	● Reuniões do estudo sobre as Organizações dos Religiosos no mundo — Roma, 17 de dezembro de 1961.
	747	● Fundação canonicamente o CERIS — Carta de S. Emília, Dom Jaime de Barros Câmara.
		● O plano de emergência da CNBB — Pe. Tiago G. Klein CSM.
FORMAÇÃO DAS RELIGIOSAS	748	● O Juntarato na Formação das Religiosas — Pe. João Corvo S. D. B.
RECRUTAMENTO VOCACIONAL	753	● Para multiplicar o número de vocações — Pe. Pierre Paul Pothier
A COMUNIDADE PAROQUIAL	763	● IV — A participação no planejamento deve ser feita através de grupos — Pe. Leão Douven CSM.
APOSTOLADO HOSPITALAR	767	● A Igreja, o doente e o hospital — Pe. Lydie Milani M. I.
DIREITO DAS RELIGIOSAS	770	● Caso XXII — Licença ou proibição de receber a Comunhão — Pe. Frei Rafael de União OFM Cap.
SANTOS FUNDADORES	781	● Glorificação de Bom. Eymard — Pe. Antônio Paolucci S. S. S.
ESTATÍSTICA	783	● Estatísticas Gerais do Brasil — Departamento de Estatística da CRB
ASSISTÊNCIA À SAÚDE	785	● Conclusões do XIV Congresso Brasileiro de Enfermagem
SERVIÇO SOCIAL	793	● Natal dos pobres — Irmã Marie Ange I. P. G.
CRÔNICA DOS RELIGIOSOS	797	● Notícias da CLAR.
	798	● Pedidos de Novas Fundações
BIBLIOGRAFIA	775, 799	

Propriedade da Conferência dos Religiosos do Brasil
Av. Rio Branco, 131 - 9.º andar — Rio de Janeiro — Brasil
Diretor Responsável: Pe. José Paulo Sales, C. M.

REUNIÕES DE ESTUDOS SOBRE AS ORGANIZAÇÕES DOS RELIGIOSOS

NO MUNDO — Roma, 17 de dezembro de 1961

(Continuação do número anterior)

IV — Realizações de colaboração entre as Conferências dos Superiores Maiores e o Episcopado.

1) Em plano nacional

A necessidade de se chegar a uma Pastoral uniforme e comum, também em relação ao desenvolvimento das múltiplas e amplas iniciativas promovidas em cada país pelo laicato católico, tornou necessária em cada país a Conferência Episcopal. A assim chamada "Pastoral de conjunto" implica também numa visão que muitas vezes pode e deve estender-se às necessidades nacionais de iniciativas apostólicas ou de grupos (p. ex. emigrados, trabalhadores do M.E.C., etc.), ou até mundiais (p. ex. necessidades da América Latina, missões estrangeiras etc.). Sob êsse aspecto, a existência das Uniãos ou Conferências mostrou-se muito preciosa na supressão de pequenos contrastes locais.

Face a êstes problemas complexos de apostolado nacional e internacional, as Conferências Nacionais apresentam realizações pastorais de importância excepcional para toda uma nação e de auxílio e complemento providenciais à Pastoral ordinária de cada diocese. São exemplos disso os resultados obtidos pela Conferência dos Superiores Maiores na França, onde foram organizadas missões regionais ou de cidades, com religiosos missionários de vários institutos, os quais, sob a direção dos Bispos, fizeram reviver cristãmente regiões e cidades em pêso. Iniciativas análogas realizaram os "Equipos Misioneros" da Espanha juntamente com os do Equador e da Colômbia na América Latina. De forma um pouco diferente, mas essencialmente da mesma natureza, são os Centros Missionários organizados pela Pontifícia Obra de Assistência na Itália. Outras realizações de apostolado nacional são os Centros Litúrgicos de Paris, e da Alemanha, os Institutos Catequéticos da América Latina, as Comissões Nacionais para as vocações eclesiais e religiosas compostas, na França e na Colômbia, por Sacerdotes seculares e religiosos. No Brasil o moderno departamento de Estatística da Conferência dos Religiosos está agora à disposição da Conferência Episcopal do Brasil e presta-se também aos escopos de todo o C.E.L.A.M.

Na Alemanha, os Religiosos colaboram ativamente nos ramos nacionais da Ação Católica para as Missões internas, no campo da atividade em prol das missões dos Países sub-desenvolvidos ("Misereor"); Episcopado e Religiosos organizam conjuntamente os "domingos de vocações divinas" para o Clero secular e para o Estado Religioso.

Igual contato ativo existe no Canadá, na Escócia, na Holanda, no Congo, no Paraguai, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Venezuela.

Quase por tôda parte, pois, os Religiosos oferecem uma preciosa obra nos centros nacionais de direção do apostolado leigo. Em várias nações muitos Religiosos são assistentes nacionais de ramos da Ação Católica. Ademais, para responder mais adequadamente às necessidades apostólicas nacionais, foram criadas, ou estão sendo criadas, nas Conferências dos Superiores Maiores, Comissões análogas às que existem nas respectivas Conferências Episcopais.

E' oportuno relatar, com maiores detalhes, o quanto foi conseguido eficazmente em alguns países.

a) FRANÇA: O Revmo. Pe. J. F. Barbier O.F.M., Secretário Geral do Comité Perm. des Religieux fêz um relato acêrca do "Comité de coordenação dos dois Cleros".

Origem: O pedido da Assembléia dos Cardeais e Arcebispos (A. C. A.) de 5-6 de março de 1958, que convidava a "Comissão Episcopal do Clero" para provocar um encontro com os Superiores Maiores dos principais Institutos com o fim de associá-los às preocupações da Hierarquia e de juntamente enfrentarem o problema de uma "Pastoral de conjunto", encontrou imediatamente resposta favorável junto ao Comité Permanente dos Religiosos como também junto às Assembléias gerais de 1958 e 1959 da União dos Superiores Maiores da França.

Composição: A Comissão Episcopal do Clero, presidida por S. Excia. Mons. Garrone, Arcebispo de Tolosa, escolheu os Arcebispos e Bispos que compõem o Comité de coordenação; essa escolha foi aprovada pela A.C.A. (Assembléia dos Cardeais e Arcebispos) em outubro de 1958. São membros dela os presidentes das Comissões Episcopais que têm mais estreitas relações com o Clero (pastoral, ensino religioso) e os Bispos com encargos nacionais (os Secretários da Ação Católica, do Episcopado, o Assistente das Religiosas).

O Comité Permanente por sua vez, nomeou entre seus membros (êles também nomeados pela Assembléia Geral dos Superiores Maiores) aquêles que, por seu ofício ou especialidade, têm relação com a "pastoral" na qual ficam inseridos os religiosos. São êles os Provinciais dos Agostinianos, dos Redentoristas, dos Jesuítas, dos Dominicanos, o Secretário do Comité Permanente e o Irmão Secretário nacional da União dos Irmãos Educadores.

Funcionamento: A até agora o Comité reuniu-se quatro vêzes por ano. Dada a finalidade de criar um elo mais fácil com os "organismos unificados dos dois Cleros", estas reuniões ficaram relacionadas com as da A.C.A. e da Assembléia plenária do Episcopado (abril de 1960) ou das Assembléias gerais da União dos Superiores Maiores (novembro de 1958-59-60).

Os programas dos trabalhos ou das pesquisas, redigidos conjuntamente por S. Excia. Mons. Garrone e pelo Secretário do C.P.R., são enviados regularmente a todos os membros; os relatórios, redigidos do mesmo modo, são transmitidos em suas linhas essenciais à A.C.A. pelo Presidente da Comissão episcopal do Clero, e ao C.P.R. pelo Pe. Secretário Geral.

O contato com o conjunto dos Superiores Religiosos realiza-se através de uma participação ativa (relatórios e eventuais debates) de Mons. Garrone e do Exmo. Secretário do Episcopado nas Assembléias Gerais dos Superiores Maiores.

Além disso, com relação à Assembléia plenária do Episcopado, realizou-se em Paris, a 28 de abril de 1960, uma reunião de 13 Arcebispos e Bispos representantes da Assembléia e de 24 Padres e Irmãos Gerais e Provinciais dos principais Institutos.

Principais argumentos de estudo: Participação dos Superiores Religiosos nas pesquisas preparatórias da Assembléia plenária do Episcopado.

Entrosamento dos Religiosos na Pastoral de conjunto, através de organismos por eles criados e postos à disposição do Episcopado:

Centro Pastoral Litúrgico,

Centro Pastoral das missões ao interior,

Comissão de teólogos (dos Escolasticados religiosos),

Assistentes da Ação Católica, etc.

A Assembléia plenária do Episcopado pediu a cooperação dos Religiosos nos organismos, a serem criados pela A.C.A. em relação à "Pastoral de conjunto". Atualmente estão em estudo dois pontos particulares: realização prática de ajuda espiritual ao Clero secular por parte dos religiosos, (retiros pastorais e espirituais para sacerdotes, contribuição espiritual das casas religiosas, concebidas como "centros alimentadores e irradiadores de espiritualidade"); uma melhor divisão territorial dos religiosos para os próximos anos.

Este segundo projeto comporta o atual balanço numérico e qualitativo da presente repartição em relação à densidade de população, do clero secular, da prática religiosa, das vocações. Pelos dados desta pesquisa serão precisos: os critérios que seguirá o Episcopado para uma melhor localização das fundações religiosas na França, em vista dum apostolado mais eficaz e apto; paralelamente, os critérios que serão julgados mais úteis pelos Superiores, para que tais fundações correspondam às exigências da vida religiosa, além daquelas do ministério.

Conclusão. O essencial destas reuniões, mais que nas realizações imediatas — aliás bastante concretas — consiste na vontade unânime dos membros do Comité Coordenador de pôr à disposição comum, para o serviço da Igreja, todos os recursos religiosos e apostólicos representados pelos dois Cleros da França, no pleno respeito das vocações particulares, convencidos de que um maior "rendimento" de todos ter-se-á somente tendo em conta a preparação, as aptidões e a graça de cada um.

b) COLÔMBIA — As relações entre o Episcopado e a Conferência dos Religiosos — como relatou o Revmo. Pe. J. de Farias O. P., Secretário geral da Conferência — são muito cordiais e sempre mais estreitas, e se concretizam, por parte dos Religiosos, trabalhando intensamente no "Equipo Internacional de Mision". O mais breve possível as Religiosas colocarão a ser-

viço da Hierarquia um "Equipo permanente de Mision Nacional", composto de Religiosos quanto de Religiosas.

Trabalha-se harmoniosamente também no Secretariado das vocações para o Clero secular e para o Estado Religiosos, cujo Presidente, até agora, é um Religioso.

Para tal Secretariado está em projeto uma nova organização, segundo a qual terão igual tarefa diretiva um Sacerdote Secular, um Religioso e uma Religiosa. Esse comitê diretivo estará sujeito à autoridade do Exmc. Bispo Presidente da Comissão pelas vocações, que terá também a colaboração do Secretário Geral da Conferência dos Religiosos.

Cogita-se igualmente em criar um Comitê de coordenação das Obras de Apostolado, composto de dois Exmos. Bispos e dois Superiores Maiores; donde derivará também maior união na atividade apostólica tanto nacional como diocesana.

Bogotá, aliás, está se tornando o centro de união entre todo o Episcopado Latino Americano (C. E. L. A. M.) e a Conferência Latino Americana de Religiosos (C.L.A.R.); os dois organismos internacionais realmente mantêm ali um verdadeiro secretariado de coordenação.

Idênticos organismos de contato nacional entre Episcopado e Religiosos estão em via de constituição na Holanda, no Paraguai, nas Filipinas; no Congo os representantes da Assembléia dos Superiores Maiores participaram da segunda Assembléia geral do Episcopado.

2) Em plano local

A coordenação do Apostolado dos Religiosos com a Hierarquia em campo nacional felizmente influuiu também sobre o campo local, diocesano e regional, onde foram aplicadas praticamente as iniciativas nacionais do Comitê coordenador; antes, certos problemas locais puderam ser enfrentados ainda mais claramente que em campo nacional.

Os contatos sinceros e cordiais fazem, ordinariamente, surgir as necessidades mais urgentes e as tarefas de apostolado mais adequadas aos Religiosos (encontros pastorais, retiros espirituais para Sacerdotes, casas religiosas como centros de irradiação espiritual, etc.).

Em cada diocese, em virtude das exigências da "Pastoral de conjunto", vê-se de fato, junto ao apostolado paroquial renovado e melhor articulado, sempre mais necessário um apostolado intra ou extra-paroquial variado, especializado, para o qual os Religiosos estão particularmente preparados (p. ex. pregação, ensino, imprensa, assistência social ou à saúde, missões, etc.).

Entre estas forças apostólicas diversas é mais do que necessário uma estreita coligação.

Para êste fim o Revmo. Pe. L. Hertsens, P.B., Secretário Geral, ilustrou "a colaboração dos Religiosos no apostolado das dioceses da Bélgica".

a) BÉLGICA — Em 1959, por ocasião da Assembléia plenária, a União dos Superiores Maiores declarou-se disposta a colaborar da maneira

mais íntima no apostolado diocesano sob a direção dos Bispos, com a condição de serem salvaguardados o caráter específico e o espírito próprio de cada Instituto religioso, como também a autoridade dos Superiores sobre seus inferiores, como é reconhecida pelo direito.

Em várias dioceses da Bélgica foi criada uma "Comissão de contato dos Seculares e dos Religiosos" tendo em mira preparar a integração do apostolado dos religiosos no da Diocese. Fazem parte desta Comissão alguns Sacerdotes Seculares delegados pelo Bispo e cinco ou seis Sacerdotes religiosos, delegados da Assembléia dos Superiores Maiores; e estes, geralmente, são especialistas em vários setores do apostolado. Essas Comissões, colocadas sob a presidência de um Vigário Geral, tratam, num clima de cordialidade e de sinceridade, de todos os problemas apostólicos que dizem respeito a Religiosos como a Seculares. Os resultados foram muito interessantes e úteis.

Existe uma colaboração proveitosa também no campo da educação nacional católica. Do serviço da educação católica na Bélgica fazem parte, juntamente com o Vigário Geral de cada diocese belga, também um representante dos Religiosos e das Religiosas. Este é delegado pelo conjunto dos Religiosos e das Religiosas que se dedicam ao ensino, e deles recebe tarefas bem determinadas para cada questão importante tratada no serviço nacional.

Colaboração igual e operosa existe também em outros campos. Sem falar das paróquias confiadas a Religiosos e do número relevante de Religiosos ocupados na assistência à Ação Católica, fica assinalada a cooperação dos Religiosos no ensino universitário e catequético, nos organismos que influem sobre a opinião pública e nos secretariados interparoquiais, assim como nos vários serviços do Centro Interdiocesano.

Depois do exemplo da Bélgica, são relatadas outras experiências de vários países:

b) **ITÁLIA** — Na Itália o movimento de união entre as religiosas (União das Superiores Maiores — U.S.M.I.) espalha-se localmente em organismos chamados "Secretarias interdiocesanas", que reúnem as religiosas de duas ou mais dioceses limítrofes. A cada Secretaria Interdiocesana dá-se um Assistente, escolhido pelo Ordinário do lugar onde reside a Secretaria e nomeado pela S. C. dos Religiosos. Na Secretaria Interdiocesana, cada diocese tem uma "Irmã Delegada", que estuda e submete as atividades a serem realizadas pelas religiosas da própria diocese. Dêsse modo chegam atualmente à periferia as diretrizes nacionais do Movimento de União, e ao mesmo tempo são comunicadas ao Centro as exigências de formação e de apostolado de cada diocese (Cfr. "Il Movimento federativo delle Religiose in Italia", Roma, 1961, pag. 75-80).

c) **FRANÇA** — **Reuniões Regionais:** para aplicar praticamente às exigências locais as orientações gerais do Comité de coordenação, estão sendo organizadas reuniões regionais, que reúnem os Superiores Maiores de determinada Região em torno de um Exmo. Ordinário de lugar, que seja o centro de uma região, p. ex., Lião.

d) BRASIL — A Conferência dos Religiosos ramifica-se em secções estaduais, nas quais o Secretário fica encarregado dos contatos com o Episcopado da respectiva região. Idêntica forma de colóquio cogita-se atualizar no Canadá.

Conclusão

Para essas realizações de colaboração eficaz entre Hierarquia local e religiosos miram, de per si, tôdas as Conferências dos Religiosos. Nos Estatutos das Uniãos fica uniformemente estabelecido que uma das finalidades da organização é o contato com a Conferência Episcopal do País. De fato, pelo que relatamos, sente-se a necessidade de uma maior regularização e intensificação de entendimentos, reuniões, harmonizações com os Exmos. Bispos, de modo que se possa corresponder mais adequadamente às necessidades apostólicas dos vários países.

No fim da jornada intensa, depois das mútuas comunicações sobre os fecundos resultados como também sobre as dificuldades, que não podem faltar no caminho da Igreja, só resta render mil graças a Deus pelos promissores frutos, e invocar o Espírito Santo, para que as múltiplas organizações dos Religiosos contribuam, em cada lugar, para animar os que se consagraram a Deus na vida religiosa a terem uma consciência sempre mais profunda da dignidade e responsabilidade de sua vocação, e a se dedicarem sempre mais generosamente à causa da Igreja, em harmonia e sentimento unânime com tôdas as forças católicas: "*Perspexistis quam oportunum immo necessarium sit... ut vos omnesque qui Deo militant, viribus unitis, singuli in proprio ordine propriisque armis, in unam victoriam conspiretis*" (Pio XII, alloc. "*Haud mediocri*" aos Superiores Gerais, 11 de fev. de 1958).

PONTOS DISCUTIDOS

1) Secretário das Conferências dos Superiores Maiores

Nas Conferências dos Superiores Maiores, conforme o parecer de muitos dos participantes, seria bom que o Secretário fôsse um religioso capacitado e também livre de empenhos do superior maior; para que assim, êle possa ter maior disponibilidade nas atividades da Conferência. Também foi ventilada por alguns a proposta de que a S. Congregação dos Religiosos, no ato da nomeação do mesmo peça ao respectivo superior que o membro designado possa dispor de uma certa liberdade de ação.

2) Participação concreta dos Superiores Maiores nas Assembléias das Conferências

Nota-se uma certa diferença de participação conforme os Países; em alguns (França, Bélgica, etc.) os Superiores Provinciais não podem delegar um representante seu para as reuniões da Conferência; em outros (Espanha,

Holanda, Argentina, etc.) os Superiores Maiores podem encarregar um seu "delegado oficial" com (Espanha) ou sem direito de voto.

Mesmo deixando liberdade para cada lugar, o Exmo. Pe. Secretário julga necessário:

a) Que se distingam os congressos (reuniões de estudo ou de informação) das verdadeiras assembléias propriamente ditas da Conferência, isto é, aquelas destinadas ao exame sobre o funcionamento da Conferência e, quando necessário, às eleições e votações;

b) Que das reuniões de estudo promovidas pela Conferência possam participar os delegados dos Superiores Maiores impossibilitados de intervir pessoalmente, para que sejam regularmente informados sobre os argumentos tratados.

3) Dificuldades particulares para os Religiosos por parte do Episcopado de alguns Países

Juntamente com os consoladores e florescentes contatos entre Hierarquia e Religiosos na maior parte das Nações, também foram expostos francamente algumas situações que, em vários Países, são menos favoráveis ao desenvolvimento das atividades e da organização dos Religiosos. Depois de fraterno debate chegou-se à seguinte conclusão:

a) Cuidar das relações com os Ordinários de cada diocese ou com os responsáveis das regiões (como acontece no Brasil, no Canadá, e como está se iniciando nas regiões do Comité Italiano dos Superiores Maiores); as boas relações locais influirão em seguida para facilitar os contatos nacionais.

b) É muito importante a escolha do Religioso encarregado das relações com o Episcopado: a delicadeza do encargo exige dotes valiosos de tato e de prudência.

c) Auxílio precioso deram e darão ainda, por toda a parte, os Representantes Pontifícios nas várias Nações; em muitos Países, aliás, deve-se a eles a criação das Conferências dos Superiores Maiores. Apoiando-se em sua intervenção, esperam-se bons resultados também neste campo.

INICIATIVAS E SUGESTÕES APRESENTADAS

1. — **Julga-se conveniente a criação de Federações Internacionais de Religiosos e Religiosas segundo os ministérios de apostolado**, em particular para a educação e a assistência sanitária e social. Porém, para se chegar a tanto, será útil começar primeiro com a constituição de sub-comités especiais nas duas União Romanas dos Padres e das Madres Gerais; em seguida, poderão tornar-se autônomos, até que haja verdadeiras e próprias Federações internacionais.

2. — Em Roma: **a criação da Escola de Formação para Superiores** ou elementos que devem ser preparados para cargos nos respectivos Institutos.

3. — Permanecendo sempre firme que a primeira finalidade das Conferências é espiritual, não devem ser excluídas também **finalidades de ordem temporal**:

P. ex.: na **França**, sendo obrigatório para todos o seguro pessoal, os Sacerdotes seculares e os Seminaristas constituíram a "Association mutuelle S. Martin", da qual já estão participando também os Religiosos; as Religiosas porém, ainda estão tratando de sua admissão.

No **Brasil**, a Conferência presta vários serviços aos religiosos, também de natureza econômica, com vantagens não imperceptíveis. Cada caso, deve ser bem estudado e bem limitado, e desenvolvido somente depois de acordos claros e precisos com a Hierarquia local, com os Exmos. Srs. Núncios Apostólicos e seguindo as diretrizes anteriores da Santa Sé.

4. — Uma diligência maior para as **pesquisas de estatística**, que poderão ser muito úteis à S. Congregação dos Religiosos, à qual está faltando até agora um verdadeiro centro estatístico onde funcione.

Nota-se a necessidade de fazer adotar por todos um **sistema único de estatística** para evitar confusões, que serão imprescindíveis na diversidade de métodos.

No **Brasil**, o Departamento de Estatística está atualizadíssimo; dedicam-se a ele 18 Religiosas da Congregação de Jesus Crucificado, especializadas na matéria. Esse Centro serve também para a Conferência Episcopal Brasileira, e poderá colocar-se a serviço também da CLAR.

5. — **Criação de Centros de Estudo** de tipo universitário para a formação de "leaders" das Nações "subdesenvolvidas" (ver pág. 676). Mostra-se o exemplo dos dois Comitês Romanos dos Padres e das Madres Gerais, que ofereceram à C.A.L. muitas "bolsas de estudo" para Sacerdotes, Religiosas e Leigos Católicos da América Latina. A Companhia de Jesus ofereceu a vários Sacerdotes seculares do Kênia bolsas de estudo para se especializarem em sociologia.

Pelo representante do Equador foi salientada a necessidade dessa iniciativa para o próprio país que, por ser profundamente católico, está sendo infestado por constante e alarmante infiltração comunista; no Equador, Clero e povo são profundamente religiosos, mas faltam personalidades qualificadas.

6. — Mesmo julgando útil uma **Revista internacional** que informe todas as Conferências dos Religiosos sobre eventuais pedidos de auxílio em circunstâncias particulares (p. ex. Missões estrangeiras, América Latina, etc.), sua realização foi julgada difícil. Por sua vez foi proposto que a S. C. dos Religiosos envie diretamente às Conferências o material (relações, documentos, estatísticas, etc.) que possa ser útil aos Religiosos de todas as Conferências.

CONCLUSÕES

I — União Romana dos Superiores Maiores

Apresentado um relatório sobre a nova exposição estatutária da União, e julgado oportuno o funcionamento da mesma União com relação à S. C. dos Religiosos (consultas, comissões, comunicações), no que diz respeito ao contato entre a União Romana e as Conferências Nacionais dos Superiores Maiores, determina-se:

1 — Cada Conferência Nacional continuará a manter relações diretas com a S. C. dos Religiosos à qual deverá ser enviado tudo o que se refere às atividades da própria Conferência: os programas, relatórios, livros, estatísticas, etc. . .

2 — Mantenha-se sempre o respeito à Hierarquia de cada Instituto Religioso; isto é, deve comunicar-se com os Superiores Maiores através do respectivo Superior Geral. Os Superiores Maiores aderentes às Uniões Nacionais deverão sempre ter o consentimento do respectivo Geral para atuar conclusões e sugestões da Conferência Nacional.

3 — Concretamente os contatos entre a União Romana e a Conferência Nacional deverão consistir sobretudo: a) por parte da Conferência Nacional, em enviar ao Comité Romano, informações, propostas, atas de congressos, etc. . . ; b) por parte da União Romana, em informar a Conferência Nacional sobre iniciativas ou sugestões que partem do Centro romano.

As Conferências dos países da América Latina, mesmo reunidas na C.I.A.R., terão, como os outros países, relações diretas com a S. C. dos Religiosos e o Comité Romano.

II — Relações entre Conferências Masculinas e Femininas num mesmo País

Mesmo deixando livres as Conferências quanto ao sistema adotado ou a ser adotado quanto à união entre Conferências Masculinas e Femininas em seu país, sentiu-se a necessidade de intensificar êsse contato e, onde ainda não se chegou a qualquer aproximação, de estudar o meio mais conveniente de alcançá-la.

Por alguns foi apresentado também requerimento para que a S. C. dos Religiosos emane diretivas a respeito.

III — Federação de Religiosos por ministério

1. — Julga-se oportuna, no âmbito de cada Conferência, a constituição de federações de apostolado, tendo nesta organização a possibilidade de maior preparo técnico profissional, e de defesa dos próprios direitos para os religiosos e as religiosas que exercem, na sociedade, um determinado serviço social

A mesma Congregação pode fazer parte de mais Federações (p. ex. as Filhas de Caridade podem fazer parte tanto da Federação Hospitalar, como da Federação de Educadores, etc.).

Todavia cada Conferência nacional é livre em estudar o que convém fazer in loco. Onde foram fundadas, as federações por apostolado deverão estar sempre inteiramente subordinadas à Conferência dos Superiores Maiores.

2 — No tocante às relações entre Federações de Religiosos e as Associações Leigas Católicas e à inserção dos Religiosos nas Associações Leigas, (U.S.A., França, América Latina), vê-se de bons olhos uma colaboração sincera, contanto que seja evitado qualquer perigo de absorção dos Religiosos e das Religiosas pela Associação Leiga.

IV — Adesão dos Institutos Religiosos às Conferências

Reafirmando o princípio orientador do movimento de organização, isto

é a inteligente liberdade de adesão, passou-se ao exame sobre a conveniência ou não de uma adesão "ex iure" de todos os Institutos de Perfeição de um país à Conferência dos Superiores Maiores.

Essa diretriz comportaria na admissão "automática" de todos os Institutos de Perfeição de um país na respectiva Conferência dos Superiores Maiores, como se verificou na Itália. Esta fórmula de adesão ainda não está considerada na maior parte dos Estatutos e das Conferências.

Da discussão entre os participantes emergiram algumas dificuldades: a) perigo de automatismo; b) consequente depreciação em relação à Organização dos Superiores Maiores; c) contrariedade de vários Ordinários à adesão dos Institutos de direito diocesano.

Foi observado, porém, que justamente o princípio de adesão "ex iure" resolveria estas dificuldades: 1) a participação nas Conferências, mais do que um dever, é tida como um privilégio de todos os Institutos de Perfeição; 2) distinguindo entre "adesão ex iure" e participação ativa, permanece intacto o aspecto vital da organização dos Religiosos, 3) a adesão "ex iure", resolveria ipso facto a dificuldade dos Institutos Diocesano, que provém do Ordinário; para estes Institutos, pois, talvez mais do que para os outros, há maior necessidade dos benefícios da Conferência; quer dizer que eles poderão participar com ou sem direito de voto, conforme os vários Países.

Finalmente concluiu-se por unanimidade que a S. C. dos Religiosos declarasse que **são automaticamente membros aderentes "ex iure" da Conferência Nacional dos Superiores Maiores:**

1) os Superiores Gerais dos Institutos que têm a quase totalidade de seus apostolados num País;

2) os Superiores Provinciais do País para os Institutos divididos em Províncias;

3) os Superiores Delegados para representar os Institutos com atividade apostólica no País, mas com casa generalícia no estrangeiro.

Ao findar a reunião, surgiam dos presentes perguntas relativas à existência de publicações que ilustrem o movimento de organização. Foi respondido pela Presidência que já em vários países assomaram algumas publicações muito úteis a respeito; p. ex. **Espanha:** "Boletín informativo de la Confederación Española de Religiosos", n.º 1 (Abril 1955), n.º 3 (Julho 1957). **Itália:** "Il Movimento federativo delle Religiose in Italia", Roma, 1961.

Uma exposição mais científica e ampla tanto sobre motivos teológicos inspirados por Pio XII para guia do movimento de união, como sobre realizações de organização em todos os países do mundo, é a obra de D. G. Nardin O.S.B., "Il movimento d'unione tra i Religiosi", ed. Commentarium pro Religiosis (Via Giacomo Medici 3, Roma), 1961, pp. 399, Lit. 2000,00.

Essa obra poderá ser particularmente adaptada às Conferências dos Superiores por tornar a venerável Hierarquia e o laicato católico conscientes da natureza e dos resultados da organização dos Religiosos.

FUNDADO CANÔNICAMENTE O CERIS

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL
Palácio São Joaquim — Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1962

Emos. Srs. Cardeais,
Exmos. Srs. Arcebispos, Bispos e Prelados:

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil aprovou, em sua V.ª Assembléia Ordinária, a criação do CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais) e deliberou convidar a Conferência dos Religiosos do Brasil a integrar seu Departamento de Estatística no aludido Centro.

O CERIS será mantido conjuntamente pela CNBB e pela CRB.

Comunicamos a criação do CERIS, cujo endereço provisório é Ladeira de Santa Tereza, 117, casa 3 (Rio de Janeiro).

Como órgão oficial e específico da CNBB, está o mesmo autorizado a promover, em plano nacional, os levantamentos estatísticos e as investigações sociais que se tornarem necessários, razão pela qual solicitamos para as atividades do mesmo a boa vontade e a colaboração de todos os Exmos. Ordinários.

De V. Emcias. e Excias. Revmas.,

afmº em J. C.

ass.) Jaime, Card. Câmara

Presidente da C.N.B.B.

* * * *

O PLANO DE EMERGÊNCIA DA CNBB.

A publicação do "PLANO DE EMERGÊNCIA para a Igreja do Brasil" que saudamos com imensa satisfação e alegria, constitui o 1.º número da coleção "Cadernos da CNBB", editada pela Livraria Dom Bosco Editôra, Palácio São Joaquim, Rua da Glória, 466, Rio de Janeiro-GB.

Aos 15 de novembro de 1958, no primeiro mês de seu reinado, o atual Papa, João XXIII, pronunciou um discurso ao CELAM, reunido em Roma, solicitando elaborassem os Bispos da América Latina um plano de emergência para a atuação da Igreja nos seus respectivos países.

Ninguém ignora as enormes dificuldades que o nosso Episcopado Nacional teve que superar para atender a esta solicitação: a enorme extensão do nosso território nacional com seus 70.000.000 de habitantes, distribuídos sobre 130 Circunscrições eclesiásticas; a diversidade de problemas religiosos e sociais

nas várias regiões geográficas do país; a falta de dados exatos de estatística e de investigação sócio-religiosa.

Enfrentando corajosamente estes obstáculos, o Secretariado da CNBB elaborou um projeto de "Plano de emergência", apresentando-o à V.^a Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, realizada no Rio de Janeiro-GB de 2 a 5 de abril u.p. Estudado e discutido em grupos, o projeto foi aprovado pela Assembléia, passando a ser o "Plano de emergência para a Igreja do Brasil".

A publicação que estamos apresentando, abrange quatro partes: 1) introdução geral ao "Plano", 2) a parte pastoral do mesmo, 3) a parte econômica e 4) anexos. A segunda parte é, indiscutivelmente, para nós, Religiosos, a mais importante, dando em extenso o texto da "Renovação paroquial", da "Renovação do Ministério sacerdotal" e da "Renovação dos Educandários", e uma introdução à Pastoral de conjunto.

Religioso algum tem o direito de ignorar este Plano de emergência, particularmente os Padres e os educadores e educadoras, pois, em grande parte dependerá da colaboração deles, se o Plano se concretizar e em que ritmo.

A Pastoral da Igreja do Brasil entrou definitivamente na fase de uma Pastoral planejada, para cuja execução a V Assembléia dos Bispos criou os 7 secretariados regionais. Não duvidamos que com este "Plano de Emergência" a Igreja do Brasil abre uma nova época na sua história.

Pe. Tiago G. Cloin CssR

O Secretariado Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, no intuito de dar a devida divulgação ao "Plano de emergência", preparou uma publicação dos textos aprovados na V Assembléia Ordinária da CNBB. Põe, portanto, à disposição de todos o "*Plano de Emergência*", primeiro da Série: *Cadernos da CNBB*. 70 páginas. Cr\$ 120,00, com descontos a partir de 10 exemplares.

Pedidos à Livraria Dom Bosco Ed., Rua da Glória, 446, Rio de Janeiro—GB, que atenderá pelo reembolso postal.

**SERVIÇO DE INFORMAÇÕES CINEMATOGRAFICAS (SIC)
da C.N.B.B.**

Adquira os

Catálogo de Filmes II (1958-1959)

548 filmes classificados 100,00

Catálogo de Filmes III (1959-1960)

707 filmes analisados e

classificados 350,00

e informe-se antecipadamente sobre o valor dos filmes a indicar ou a exhibir.

Rua da Glória, 446, RIO, GB

(atende-se por reembolso)

O JUNIORATO NA FORMAÇÃO DAS RELIGIOSAS

Acabávamos de enviar para o prelo o nosso segundo artigo sobre a Formação das Junioristas (Rev. CRB, outubro, p. 621), exatamente sobre a Organização e Administração dos Junioratos, quando nos chegou da Congregação dos Religiosos o **Projeto de Estatutos** para a organização dos mesmos, que aqui passamos a publicar.

Bem que com caráter não oficial, traz consigo toda a autoridade de um projeto da mesma Congregação dos Religiosos, fazendo-nos entrever perfeitamente como será a legislação definitiva oficial.

Tivemos o prazer de constatar consonância de quanto escrevêramos, com esse esboço de legislação, de modo particular de não termos sido exagerado nas nossas insistências em prol de metas quanto mais possível elevadas

P. João Corso S.D.B.

PROJETO DE ESTATUTOS

(não oficial)

DA FORMAÇÃO DAS PROFESSAS DE VOTOS TEMPORÁRIOS

(redação mais ampla)

1 — Escopo do período dos votos temporários

O período dos votos temporários destina-se a assegurar à jovem professa uma completa e adequada formação espiritual, doutrinária e profissional, teórica e prática, correspondente à finalidade do Instituto e às obras às quais se aplicarão as Religiosas.

2 — Do Juniorato — Obrigatoriedade do Juniorato

Depois de terem emitido os primeiros votos, as Religiosas continuarão regularmente sua formação, até à profissão perpétua, no Juniorato.

3 — Finalidade do Juniorato

O Juniorato visa dar:

a) a formação espiritual completa conforme as características e o espírito próprio do Instituto;

b) a formação doutrinária geral e específica necessária seja para a vida individual, seja para o exercício do apostolado no seio da Igreja e da sociedade;

c) a formação apostólica, teórica e prática, que permita à religiosa realizar a síntese entre a vida de união com Deus e a vida a serviço do próximo;

d) a formação profissional específica, com a preocupação de que ela se integre com a vida espiritual e apostólica e com a doutrinação, e que leve à consecução dos títulos exigidos pelas competentes autoridades para exercer o apostolado, e para o exercício da profissão ligada ao mesmo apostolado.

4 — Em que consiste

a) O Juniorato deve fazer-se numa casa organizada para êsse fim, análogamente às outras casas de formação, com um regulamento e um programa devidamente determinado, como se requer para a formação da jovem religiosa e sob a orientação de Mestras habilitadas para tanto.

b) Considera-se, portanto, Juniorato todo o grupo de professoras de votos temporários, organizado pela Superiora Geral no modo indicado pelas presentes Constituições.

5 — Lugar

a) O Juniorato deve erigir-se numa casa independente ou numa secção da casa, destinada a esta finalidade.

b) Havendo as condições necessárias, no Instituto ou na Província poderão ser criadas várias casas de Juniorato conforme o gênero de formação a ser dada, o número das religiosas, o preparo e o tirocínio apostólico e profissional, ao qual deverão as religiosas aplicar-se. No caso de vários Junioratos, as Superiores vigiarão a fim de que a unidade da formação no Instituto não venha a sofrer, e para que sempre existam as condições necessárias à formação.

c) Em cada caso o Juniorato exige um grupo suficiente de religiosas.

d) As Superiores poderão enviar as jovens professoras de um Juniorato a outro para as finalidades da mesma formação.

6 — O Juniorato, ainda que situado em outra casa da Congregação, deve constituir uma secção "a se" e as jovens professoras ficarão habitualmente separadas do resto da Comunidade para as instruções, os recreios; o exercício da culpa, etc, conforme as normas a serem estabelecidas pelo regulamento do Juniorato, tendo em conta as finalidades da formação.

7 — A casa de Juniorato será organizada e fornecida com os meios e com o pessoal requeridos pelas exigências de uma casa de formação, de modo a tornar possível e fácil a consecução das finalidades às quais se destina o Juniorato.

Na casa de Juniorato, portanto, a observância regular será exemplar e nela serão organizados os cursos que a formação das jovens professoras requer, ou haverá a possibilidade de frequentar os cursos organizados alhures.

É desejável que as Junioristas possam realizar as exercícios e o tirocínio prático numa obra da Congregação próxima do mesmo Juniorato.

8 — Somente em casos particulares, por motivos bem fundados, poderia a Superiora Geral com o seu Conselho reduzir o período do Juniorato ou autorizar a passar uma parte dele em outra casa, onde, todavia, deverão existir as condições necessárias para completar a formação.

9 — Se por exceção uma jovem professa, durante o período do Juniorato, fôr enviada a outra casa, deverá ela continuar sob a direção da Mestra do Juniorato, a qual deverá manter contacto com ela no modo mais apto para assegurar a continuação da formação.

Na casa mesma para a qual foi enviada a religiosa, dependerá ela, como as outras religiosas, da Superiora, a qual, pessoalmente ou por meio de uma Irmã capaz, tomará cuidado especial da mesma, enviando depois relatório à Mestra.

10 — Programa

A unidade, a continuidade e a integridade da formação a ser dada às jovens professoras requerem da autoridade competente a redação de um cuidadoso programa de formação. Nêle deverá ser fixado o conteúdo teórico e prático da formação espiritual, apostólica e profissional. De modo particular deverá ser organizado o programa de formação doutrinária, de modo a comportar um estudo mais profundo da religião (dogma, moral, liturgia, S. Escritura, doutrina e direito da Igreja, etc.). Igualmente deverá o programa prever a continuação da formação religiosa por meio do estudo da espiritualidade, dos votos e das virtudes religiosas, das relações entre a vida espiritual e o apostolado e um conhecimento mais profundo da própria Congregação religiosa: de seu espírito, de sua história, de seu direito, de suas atividades, etc.

Será oportunamente organizada a formação profissional de modo que seja teórica e prática, como também que corresponda às obras nas quais aplicar-se-ão as religiosas. Esta deverá ser acompanhada de uma formação cultural, literária e científica que corresponda à condição das religiosas.

11 — O programa deverá prever também, como continuar a formação espiritual e doutrinária durante o período de preparação literária, técnica e profissional;

12 — Tarefa e responsabilidade das Superiores

Será tarefa do Capítulo Geral determinar as normas e as diretrizes concretas segundo as quais deve ser ordenado e deve funcionar o Juniorato.

13 — Pertence à Superiora Geral, coadjuvada pelo Conselho, vigiar pela fiel execução das normas e diretrizes dadas, e completá-las nos pontos que não ficaram determinados.

Para êsse fim a Superiora Geral servir-se-á do trabalho de uma das Conselheiras ou de outra religiosa capaz, a quem confiará o cuidado das obras de formação.

14 — A Mestra

Ao Juniorato fica preposta uma religiosa com o título de Mestra.

Será seu direito e dever cuidar da formação espiritual e apostólica das jovens professoras segundo as diretrizes da Igreja e das Superiores, e além disso, vigiar a fim de que recebam a necessária preparação doutrinária e profissional.

15 — Durante os anos do Juniorato a Mestra deverá auxiliar as jovens professoras a adquirirem pessoalmente a profundidade da vida interior, a maturidade

do espírito religioso, a estabilidade e constância no exercício das virtudes, a regularidade na prática da observância.

16 — A Mestra levará as jovens professoras a sentirem profundamente a responsabilidade pelas almas, consequência da missão a elas confiada pela Igreja, acostumar-las a colhêr na oração e na vida interior, o zelo e as outras virtudes apostólicas.

Igualmente a Mestra auxiliará as jovens professoras a melhor conhecerem e amarem a Igreja e a porem tôda a sua vida a serviço da mesma.

17 — **Dotes da Mestra** — cc. 559 §1; 560, 561.

a) A Mestra do Juniorato, além dos dotes necessários para a Mestra de Noviciado, deverá ser dotada de particulares qualidades de inteligência e de coração, e gozar da experiência requerida neste período especial de formação religiosa.

b) A Mestra das jovens professoras, portanto, deve ser uma religiosa exemplar e fervorosa, ter o conhecimento e a experiência das obras próprias do Instituto e do espírito das jovens, de modo que saiba inculcar nas professoras de votos temporários não só a fidelidade e a generosidade no cumprimento de seus deveres religiosos, mas também o gosto pelo estudo, o sentido de responsabilidade profissional e o zelo pela dilatação do reino de Cristo nas almas.

18 — A Mestra deverá ficar livre de qualquer outro empenho realmente incompatível com o trabalho a ela confiado.

Se não fôr Superiora local, deverá possuir sôbre as jovens professoras a autoridade requerida por sua tarefa, à semelhança da Mestra das Noviças (cân. 361).

19 — **Ação da Mestra**

A Mestra do Juniorato, continuando a obra da Mestra de Noviciado, deverá fazer prosseguir a formação do mesmo através de oportunas instruções coletivas e de contactos individuais, vigiando de modo particular a fim de que haja uma fusão unitária e harmônica entre a preparação espiritual, apostólica e profissional.

20 — **Colaboradoras**

a) A Mestra do Juniorato será coadjuvada no trabalho da formação por outras religiosas designadas para o Juniorato para o magistério e os vários encargos. Tôdas deverão sentir-se responsáveis, segundo o próprio ofício, pela preparação das jovens professoras, considerando tal trabalho como o mais importante para a Igreja e para as almas.

b) As mestras das jovens religiosas e a tôdas aquelas que têm alguma parte na formação das mesmas deverão aplicar-se, com as devidas adotações, as diretrizes dadas pela Igreja para os professores e outros colaboradores na formação dos clérigos religiosos ou seculares.

Será, portanto, oportuno que a Mestra trate com as outras colaboradoras dos problemas que dizem respeito à formação.

21 — Qualidades das Colaboradoras

As religiosas que devem ser destinadas ao Juniorato deverão ser escolhidas entre as melhores, levando-se em conta que devem formar seja com o exemplo, seja com a doutrina.

Deverão, portanto, ser religiosas prudentes, experimentadas, de grande espírito sobrenatural, animadas de grande amor para com o Instituto e com a Igreja.

22 — Deveres das Junioristas

As jovens professoras do Juniorato apliquem-se com diligência, com constância, e com pureza de intenção à complementação da própria formação, persuadidas de que o progresso na perfeição e a fecundidade do apostolado dependem em grande parte deste período de formação.

23 — Procedimento para com as Mestras

As jovens professoras nutram grande confiança e mostrem grande abertura de coração para com quem deve formá-las. Saibam corresponder ativamente aos cuidados das Mestras seja nos estudos quanto nos vários exercícios de apostolado de que consta o seu tirocínio.

24 — Disposições necessárias para o estudo

As religiosas vejam no estudo um dever de estado a fim de se tornarem aptas para a missão apostólica que lhes foi confiada, a saber, a extensão do Reino de Cristo nas almas e na sociedade.

Saibam ver a Deus em cada matéria de estudo e aprendam a servir-se de cada conhecimento como de um meio para unirem-se a Deus e levar a Ele as almas.

Tenham presente que o único fim dos seus estudos e de toda a formação é a glória de Deus.

25 — Cuidado das professoras de votos temporários

Também quando excepcionalmente o Juniorato é mais breve do que o período dos votos temporários, a formação deverá ser continuada durante todo o tempo que precede a profissão perpétua.

As professoras de votos temporários, portanto, depois de feito o Juniorato, serão objeto de cuidado particular; poderão ser enviadas somente às casas onde a observância regular está em pleno vigor e ficarão sob a guia de uma Irmã à qual se confiará esta tarefa especial.

26 — Continuação da formação

As religiosas sejam convencidas de que a formação deverá depois continuar durante toda a vida religiosa. De modo particular cuidem de manter atualizada a própria formação profissional, conservando-se ao par dos progressos e das novas descobertas nos respectivos campos de apostolado.

27 — Obrigação das Superiores

Será dever das Superiores procurar os meios necessários para garantir a continuação da formação por meio de cursos, livros, revistas e reuniões organizadas para tal fim.

PARA MULTIPLICAR O NÚMERO DE VOCAÇÕES *

Pe. Pierre Paulo Pothier

I — Apresentação Geral

A necessidade de vocações — Todos os dias não cessa de crescer, em todo o mundo, a necessidade de vocações. Em cada semana que passa a situação se torna mais crítica.

É disgnio de Deus associar-nos à sua obra de salvação; Ele quer que o homem ajude o homem. Numa árvore, qualquer ramo tem sua razão de ser. Todos os membros do Corpo Místico, crianças ou adultos, têm sua missão a cumprir; devem contribuir para levar as almas a Deus. Por isso a Igreja precisa de Padres, de missionários, de religiosos e de apóstolos leigos aos milhares. Onde poderão eles sair, senão das famílias, das paróquias, das escolas? O Papa Pio XII disse em termos claros que o valor de nossas escolas se julga pelo número de vocações que produzem.

Um método de cultivo — Existem em potência vocações suficientes para salvar o mundo. Essas vocações, porém, não se atualizam. Por que? Porque não são cultivadas como deveriam sê-lo. Não temos métodos adequados para essa tarefa. Nossas escolas poderiam produzir muito mais vocações. A prova está em que, onde se adotou o programa de formação exposto neste artigo, o número das vocações se multiplicou por cinco vezes ou mais. Este programa, conhecido sob o nome de "Apóstolos de Jesus e Maria", conforma-se com uma lei da natureza: cultivai vocações e colhereis vocações, assim como, se cultivardes flôres, recolhereis flôres.

O trabalho começa pela base — O programa de que falamos visa a colocar a Igreja em estado de missão, começando pela base, isto é, pelas crianças. Satisfaz, de uma só vez, a duas grandes necessidades: 1) a de uma formação apostólica dos jovens; 2) a de uma cultura das vocações. Ajuda a criança a compreender que Cristo deseja servir-se dela, hoje e durante toda a sua vida, para levar outros homens a melhor conhecerem a Deus, a melhor amá-lo.

Apóstolos desde já — O programa propõe-se a ajudar as crianças a serem apóstolos desde já, sem adiar para mais tarde. O interesse fica estimulado, graças à aplicação do bem conhecido princípio psicológico de que uma causa abraçada ativamente exerce maior atração. Enganjar as crianças no apostolado é dar um alimento e uma direção ao seu entusiasmo. Os pais, de seu lado, não tardam a tornar-se cooperadores ativos e a animar realmente as vocações. Quanto aos mestres, apreciam um plano que deu provas de sua eficiência, como método de formação ao apostolado.

Extensão do programa — Os "Apóstolos de Jesus e Maria" são, pois,

(*) Reproduzimos, em tradução portuguesa, de "Le Christ au Monde", Vol. VII, n.º 2, este artigo sobre novo método de recrutamento vocacional, já adotado no Canadá.

um programa apostólico de cultura das vocações. O programa comporta instruções semanais para todos os alunos dos 8 aos 17 anos. Tem início no terceiro dos oitos anos de escola elementar, e pode ser continuado no curso secundário (1). Abrange o problema das vocações em toda a sua extensão: sacerdócio, vida religiosa, institutos seculares, apostolado leigo.

É objetivo do curso levar o aluno, passo a passo, a uma compreensão perfeita das obrigações apostólicas do cristão. Para isso, cada instrução propõe com insistência tarefas concretas de apostolado. Faz com que o aluno conheça metódicamente o fim e o gênero de atividades correspondentes às diversas espécies de vocações, na Igreja, não sem assinalar-lhe as compensações de ordem espiritual e humana que se acham numa vida consagrada ao serviço do Senhor.

Observação importante — Esse programa de formação não exige horário especial; não sobrecarrega a escola com uma organização suplementar; não se reserva a um grupo de escola, mas aplica-se a todos os alunos. Integra-se no programa de ensino religioso da escola (2).

II — Pormenores do Método

A Fôlha Hebdomadária — Cada criança recebe, todas as semanas, uma **fôlha ilustrada**, de quatro páginas. Em vez desta fôlha, os alunos mais crescidos recebem uma brochura. De seu lado, o mestre dispõe de uma série de diretivas e sugestões que o ajudam a integrar o programa na instrução religiosa ordinária.

Cada fôlha contém uma lição sobre o apostolado e a vocação, sob forma de carta ou de mensagem dirigida à criança, algumas questões a estudar em grupo, sugestões para o apostolado e, para terminar, uma curta oração.

A fôlha impressa em côr diferente, conforme a classe, tem 21,5 cms. por 14. O texto e a ilustração são adaptados ao grau de desenvolvimento intelectual dos alunos. A fôlha, com o texto em inglês, custa três cents; o texto em espanhol, uma peseta. Esta despesa pode ser acrescentada à lista dos li-

1) Nos Estados Unidos, o ciclo dos estudos compreende 8 anos de escola elementar; depois, 4 anos de escola secundária. Além disso, 4 anos de colégio universitário que levam aos diversos diplomas de "bacharel" e, enfim, a universidade, se o estudante deseja ser "mestre" ou doutor.

2) S. Emília, o Cardeal Pizzardo, prefeito da S. Congregação dos Seminários e Universidades, e presidente da Associação Pontifícia para as vocações eclesásticas, declarou, a respeito desse movimento: "... Examinamos atentamente tudo o que publica o movimento dos "Apóstolos de Jesus e Maria". É, na verdade, uma "Cruzada pelas Vocações". Ao nosso ver, vossa obra apostólica traz uma solução das mais satisfatórias a alguns de nossos mais espinhosos problemas, a saber:

1. Como esclarecer de modo prático nossos jovens católicos, com método e continuidade, a respeito da questão da sua vocação futura e a sua responsabilidade atual, enquanto "Apóstolos de Cristo".
2. Como instruir praticamente os pais católicos do grave dever que têm de favorecer a vocação dos filhos, e de serem apóstolos, eles também.
3. Como, enfim, proporcionar aos mestres, religiosos e leigos, um método certo de ensino apropriado, de modo que seus esforços para cultivar as vocações dêem os melhores resultados.

vros que devem ser pagos no início do ano escolar. Concede-se um abatimento que pode chegar a 40%, mas esse dinheiro deve ficar na escola, serve à constituição de bolsas para os rapazes ou moças que entram no seminário ou em religião.

Cada semana a folha tem título diferente, conforme ao assunto tratado impresso em grande tipos; por exemplo: Um apóstolado; Uma cruzada apostólica — Nosso Chefe — O Cristo precisa de vocês — Apóstolos na família — Muitas ovelhas sem Pastor — “Tudo o que fizerdes em meu nome...”, etc.

O mestre lê com os alunos a carta ou a mensagem que se acha na folha. Depois, em grupo de cinco a oito, estudam ao menos uma ou duas questões feitas, ou mais, se o tempo permitir. Em cada grupo, um secretário é encarregado de escrever as respostas.

O que deve, sobretudo, reter a atenção é o trabalho apostólico: Cada aluno deve preencher uma tarefa por semana e prestar conta do que fez. Este ponto é tão necessário na formação apostólica, como o trabalho em casa, numa página de gramática.

A primeira página da folha traz:

1) Um desenho, sempre o mesmo, ilustrado pelo texto seguinte: “Jesus é a vinha — Nós somos os ramos — Maria, o cultivador”;

2) O nome do movimento, escrito em tipos maiores: “Apóstolos de Jesus e Maria”.

3) Em letras menores, a seguinte oração: “Querido Jesus e Maria, eu vos amo. Hoje quero ajudar-vos a salvar almas”.

Eis, por exemplo, o texto da folha nº 4, destinada às crianças do 4º ano elementar, que têm geralmente de 8 a 9 anos

Um exemplo concreto — “Atualmente, no mundo, muitos rapazes e moças não podem ir à missa todos os domingos. Por que? Por causa da falta de Padres.

“Muitas crianças católicas não podem freqüentar as escolas católicas. Por que? Por falta de Irmãos, Irmãs e Professores leigos católicos.

Muitos rapazes e moças, não sabem absolutamente nada, a respeito de Deus e de sua Igreja. Por que? Por causa da falta de missionários que lhes levem a Mensagem.

“É, sem dúvida, um grave problema, Como bons católicos, devemos querer fazer alguma coisa a esse respeito, e imediatamente. É, sem dúvida, um desejo de Deus que todo rapaz e toda moça tenha a possibilidade de receber os sacramentos e, graças à educação recebida, de levar uma boa vida cristã. Vamos, pois, pedir a Deus que nos ajude a empreender uma cruzada apostólica. Uma cruzada para obter mais sacerdotes, mais Irmãos, mais Irmãs, e mais apóstolos leigos.

“Nossas armas de apóstolos serão:

A Oração: Deus atende de bom grado à oração das crianças; ficará tanto mais contente quanto mais vocês rezarem por uma causa tão cara a seu coração;

Sacrifício: Deus provou seu grande amor por nós, pelo sacrifício da Cruz; podemos provar-lhe nosso amor, por nossos pequeninos sacrifícios;

"A criança do 4º ano elementar está sempre desejosa de se ocupar de um trabalho apostólico. Ainda beneficia de estrita vigilância dos pais. Estes gostariam de vê-la engajar-se no caminho reto, nessa idade em que a criança já começa a procurar o seu caminho.

"Multiplicando os exemplos de apóstolos do Antigo e do Novo Testamento e dos tempos modernos, estimularemos nela o gosto das atividades apostólicas.

"Aproveitai da ativa cooperação dos pais de que possais dispor ainda para criar na família a atmosfera apostólica tão necessária à formação da criança. Contribuí, com nossas sugestões, ao êxito da reunião apostólica na família, à qual convida a folha hebdomadária que o aluno leva para casa.

"Mostrai à criança que não há bastantes sacerdotes, nem Irmãs, nem Irmãos, nem mestres ou enfermeiras católicas. Por causa disso, muitos meninos e meninas, na terra, não sabem absolutamente nada a respeito de Deus e de sua Igreja. Não há bastantes missionários para levarem a mensagem de Cristo aos países pagãos. Que poderemos nós fazer para remediar esse mal? Podemos empreender uma cruzada apostólica, uma cruzada para que haja mais Padres, Irmãos, Irmãs e apóstolos leigos. Na aula de catecismo, convidai as crianças a contarem aos amigos o que lhes é ensinado. Obtende que nossos alunos transmitam a Mensagem a muitos outros.

"A criança pode muito bem fazer decidir um amigo não católico a falar com o padre, ou a procurar o professor ou a Irmã que lhe dá aula".

Questionários — Para ajudar o professor ou a professora na observação dos progressos da criança, o programa de formação apostólica implica em questionários adaptados a cada série. Eis um exemplo do 4.º ano primário:

1. Estão vocês convencidos de que Jesus e Maria os chamam para ser apóstolos?

2. Estão vocês convencidos de que Jesus e Maria chamam sua família a aproximar almas de Deus?

3. Por que Jesus e Maria chamam seus colegas a aproximarem as almas de Deus?

4. Como podem vocês ser bons apóstolos de Jesus e Maria?

5. Se você quiser ser, mais tarde, um grande apóstolo, o que deve fazer desde já?

6. Quantos companheiros julga você ter ajudado a melhor amar a Deus?

7. Acha você que alguns amigos o ajudaram a melhor amar a Deus? Quais?

8. Explicou você a sua lição de catecismo a amigos não católicos?

9. Convidou você um amigo para ir à Igreja com você? Quantas vezes?

10. Estudou você o folheto apostólico com seus pais? Quantas vezes?

11. Que deseja você ser mais tarde, como grande apóstolo de Jesus e Maria? Etc.

O questionário completo compreende, ordinariamente, 20 questões.

III — Expansão e resultados.

Expansão — Nestes três últimos anos, 1.200 escolas aplicaram o pro-

grama dos "Apóstolos de Jesus e Maria", quer na extensão de todo o estabelecimento, quer no quadro de uma turma. O método não cessa de espalhar-se.

Esse movimento começou por uma simples mensagem sobre as vocações, tendo em vista adolescentes de 12 a 14 anos. Tinha, então, por nome "Cruzada pelas vocações". Hoje o método engloba um curso completo de formação apostólica, conhecido pelo nome de suas publicações: "Apóstolos de Jesus e Maria".

Existe, atualmente, uma edição espanhola, publicada pelos Padres Salesianos de Barcelona. Teve por causa direta o entusiasmo experimentado pelos representantes das Ordens religiosas da América Latina, no "Primeiro Congresso Internacional das Vocações aos estados de perfeição no mundo de hoje", Congresso realizado em Roma, de 10 a 16 de dezembro de 1961, sob os auspícios da S. Congregação dos Religiosos. Os "Apóstolos de Jesus e Maria" foram adaptados e recomendados pela "Federação Espanhola dos Religiosos do Ensino (Federacion Española de Religiosos de Enseñanza)". Conferências gerais de Religiosos os adotaram igualmente para os países da América Latina.

Resultados — Um grande artigo poderia ser escrito a respeito dos frutos abundantes e manifestos, produzidos pelo programa, em todos os lugares em que foi aplicado. Ao se descobrir como membro útil de Corpo Místico de Cristo, a criança desenvolve muito a sua personalidade. Um Irmão declara que, após sete semanas de aplicação do programa, os problemas de disciplina já não existem em sua turma do 4.º ano elementar. Um outro Irmão exprimiu por três vezes a sua admiração e espanto perante o ardor com o qual seus 950 jovens, de 15 a 18 anos, entraram no movimento. Um vigário verifica que, depois da introdução do programa em sua paróquia, aí se realizaram, em dois meses, maiores trabalhos apostólicos do que nos dez anos precedentes. A respeito de vocações de rapazes, obtidas no ano passado, um provincial de Congregação religiosa fala de "colheita milagrosa". A perseverança é, até agora, de 75 por 76. Um diretor de escola atesta: "Graças ao programa de formação apostólica, conseguimos mudar, em menos de três meses, o espírito de toda a escola" (300 alunos). E uma religiosa: "De minha turma do ano passado, 14 mães entraram para o convento. Eu tinha, habitualmente, duas ou três". Uma Madre Provincial decidiu-se a dar o primeiro passo, dizendo: "Vou começar; as outras provinciais imitarão". Decidiu, assim, 37 escolas a adotarem o programa.

Façamos de nossas escolas católicas viveiros ativos de apóstolos. Aja-mos de modo que todo diplomado possua, ao lado do diploma que o qualifica intelectualmente, um conhecimento esclarecido das diversas vocações apostólicas e um grande desejo de trabalhar a serviço de Cristo, para a salvação das almas.

Endereços

International Center Apostles of Jesus
and Mary
3745, Queen Mary Road
Montréal, 26 — Québec — Canadá.

Informações para a América Latina:
Apóstolos de Jesus y de Maria
Solis 252
Buenos Aires — Argentina

4. A PARTICIPAÇÃO NO PLANEJAMENTO DEVE SER FEITA ATRAVÉS DE GRUPOS

Pe. Leão Douven CssR

No artigo anterior explicamos que a primeira condição para haver comunidade paroquial é uma certa participação dos leigos no planejamento das iniciativas apostólicas.

Podemos supor que a grande maioria ou a quase totalidade dos padres em tese e em teoria está a favor da maior participação dos leigos na vida paroquial. A grande dificuldade está na viabilidade desta idéia no tempo atual e em nosso país. Em todas as grandes cidades há vários leigos evoluídos, cultos e de vida espiritual, em que podemos ter plena confiança. Há até leigos de projeção nacional. Mas ninguém duvida de que se trata de exceções. Por isso muitos concluem que ainda não chegou o tempo de dar aos leigos a participação na vida paroquial que deviam ter, e que, pelo menos ainda por algum tempo, os padres devem assumir a responsabilidade das atividades que propriamente caberia àqueles. E isto apesar da falta de padres no Brasil, apesar de os poucos padres, que temos, ficarem sobrecarregados. Por isso queremos frisar que não apenas uma elite, mas o povo como tal, ou então a comunidade, deve tomar parte no planejamento das iniciativas apostólicas.

A falta de formação dos leigos

A desconfiança de entregar aos leigos as tarefas que lhes cabem, baseia-se na sua falta de formação religiosa: formação intelectual e cultural, e formação espiritual.

A falta de formação intelectual e cultural está intimamente ligada à ignorância religiosa no Brasil. Temos muitos leigos de boa vontade, mas são poucos os que receberam instrução religiosa sistemática e os que depois de adultos continuam estudando a religião e seus problemas na época atual. Isto em se tratando do homem comum, do homem do povo, mas também do homem da alta sociedade, doutores etc..

Como então podemos confiar-lhes certas tarefas na vida paroquial, se não têm conhecimentos religiosos suficientes?

A muitos falta também formação espiritual, falta virtude e docilidade. Há leigos que tentam projetar-se na vida paroquial com o motivo subconsciente de querer dar ordens. A mínima observação do vigário os melindra e ofende. E se este se mantém firme, eles se vingam retirando-se ou até "boicotando" a atuação do vigário.

Para ilustrar este fato, poder-se-ia citar alguns incidentes da Ação Ca-

tólica em certos lugares, as desarmonias em associações religiosas e o fenómeno de "pessoas indispensáveis" nas paróquias: pessoas que atuam com tanta eficiência que a vida paroquial sofreria sério revés se eles se retirassem de uma hora para outra.

Poder-se-ia citar também o espírito de crítica de alguns católicos, crítica que só conseguem pronunciar na ausência do padre.

Não temos a intenção de negar o valor dêste argumentos, mas de procurar os meios para melhorar esta situação. Senão ficamos num círculo vicioso: não há leigos formados para aliviar o trabalho dos padres e, com isso, os padres ficam de tal maneira sobrecarregados que não conseguem formar leigos. E esperar pacientemente até que haja mais padres ou até que apareçam leigos formados, é um contrasenso para quem conhece as previsões demográficas de nosso país.

Ausência de preocupação apostólica

Entretanto, queremos ainda acentuar outro defeito: a falta de espírito apostólico. Este defeito é mais grave é, até certo ponto, causa da falta de formação.

O povo brasileiro, na sua maioria esmagadora, é católico, mas nas paróquias, este se divide em dois grupos bem distintos: os que se agrupam em redor do padre, em redor da igreja, e os que vivem afastados, numa religiosidade natural, misturada com sentimentos cristãos. Se em muitos lugares estes dois grupos apenas vivem separados, em outros, sobretudo nas grandes cidades, há uma certa antipatia entre eles. Devíamos esperar que os que se agrupam em redor da igreja, tivessem espírito apostólico, e que constituíssem um laicato autêntico. Constatamos o contrário: ficam passivos em relação aos problemas religiosos e deixam todo o apostolado para o clero e seus auxiliares.

Em consequência disso, os padres têm que encarregar-se de muitas tarefas que propriamente caberiam aos leigos, por exemplo a tarefa de imprimir à política um sentido cristão e a tarefa de angariar dinheiro para as obras. Nestes setores, o clero passou a "representar" a Igreja.

Assim constatamos um grave desequilíbrio entre a atuação do clero e do laicato. A Santa Igreja no Brasil tornou-se por demais "Igreja clerical". Quando alguém, por exemplo, diz: "A Igreja é antiquada e não acompanha a ciência, ou: não deve meter-se em política", ele quer atingir os padres, pois identifica padres com a Igreja. Sobretudo nas grandes cidades e em geral na alta sociedade, criou-se um clima hostil ao clero.

Indiscutivelmente, os últimos Papas têm-se preocupado com a formação de um laicato autêntico, sobretudo através da Ação Católica. No Brasil, a Ação Católica, até agora, não conseguiu este objetivo,, pois limitou-se a uma elite religiosa que não teve penetração nas massas. Também as associações religiosas, até agora, não têm conseguido isto, porque lhes falta espírito apostólico e senso de responsabilidade pelo bem da Igreja.

Necessidade dos grupos de amigos mais íntimos

Surge, então, a pergunta: como chegar a um laicato autêntico, para desfazer o desequilíbrio entre as funções executadas pelo clero e pelos leigos?

É uma ilusão alimentar a esperança de que um dia um grande número de leigos tenham formação religiosa tal que possam trabalhar individualmente. Não podemos esperar que eles estudem teologia como nós. Os leigos em que podemos confiar plenamente, serão, pois, sempre exceções, tanto no Brasil como na Europa. Por isso, a solução do problema não pode estar na formação individual do maior número possível de leigos. A Santa Igreja é uma sociedade, uma coletividade, e deve agir como tal. Não basta que haja indivíduos que agem, mesmo que sejam muitos. Queremos lembrar o que aconteceu na última guerra: os guerrilheiros tiveram possibilidade de executar suas sabotagens, porque tinham o apoio maciço do povo como coletividade. Pelo mesmo motivo devemos despertar o senso de responsabilidade não apenas nos católicos como indivíduos, mas sobretudo no povo católico como coletividade.

A solução, então, está nos grupos que os fiéis formam espontaneamente com amigos mais íntimos. Através dos grupos os leigos, com maior facilidade, cultivam o espírito apostólico e o senso de responsabilidade. Devemos levar os fiéis a discutirem em pequenos grupos, formados espontaneamente, sobre os problemas da paróquia e sobre os planos que o vigário propõe como solução. Lembramos as palavras de Jesus: "Onde dois ou três estão reunidos em meu nome, eu estarei com eles". O grupo, muito mais facilmente, tem espírito de obediência: se um é revoltado, os outros serão um freio para ele. O grupo não fica tão depressa melindrado ou ofendido com críticas do vigário. E deixando-se dirigir por este, o grupo dispõe de uma orientação bastante segura nos problemas religiosos.

A necessidade destes grupos é acentuada por Dr. José A. Rios no seu livro "Educação dos grupos". Ele fala da comunidade profana, mas suas idéias se aplicam à comunidade paroquial, por se tratar de um fenômeno sociológico, proveniente da natureza humana. "A comunidade é uma constelação de grupos. O educador raramente trabalha sobre a comunidade com um todo. Sua ação se concentra nos grupos maiores ou menores que a integram... No trabalho de organização, portanto, o que aparece sempre, em primeiro plano, é o grupo" (pág. 28).

"A intervenção (na comunidade) terá sempre de ser feita através de grupos. Já houve quem definisse a organização de comunidade como a técnica de pôr em contato e estimular a cooperação de indivíduos e grupos que trabalham para o bem comum... O educador nunca deve esperar manipular a comunidade global. Acabará fazendo demagogia e sua ação se dissolverá na massa amorfa. É um erro considerar a comunidade como a unidade social simples que se presta facilmente à manipulação e organização. Ao contrário, a organização de comunidade consiste em lidar com grupos ou combinações de grupos e em harmonizar suas diferenças e antagonismos de modo que todos possam existir lado a lado com o mínimo de fricção" (pág. 189).

Que é necessário para haver comunidade?

Nestes artigo, constatamos que a paróquia como tal — como parcela da Santa Igreja — recebeu o encargo de continuar a obra de Jesus e de difundir o reino de Deus. Essa responsabilidade recai sobre a coletividade e não apenas sobre o vigário e alguns auxiliares.

Concluimos, então, que os leigos não podem ser apenas auxiliares do vigário, mas que devem ter participação no planejamento das várias iniciativas úteis à paróquia.

Eles devem exercer esta participação não tanto cada um individualmente, mas em grupo.

Com isso indicamos, a nosso ver, os dois elementos principais, necessários para a existência de uma comunidade de qualquer tipo, inclusive a paroquial: a) participação de todos, e b) participação através de grupos.

Muitos ignoram estas duas condições básicas. Quando falam sobre comunidade, pensam sobretudo no espírito comunitário, no sentimento de solidariedade e união, no desapêgo dos próprios interesses em favor dos interesses da coletividade. Sem dúvida, a mentalidade comunitária é muito importante, mas na grande maioria dos fiéis só é possível cultivá-la, se existir uma estrutura adequada para a comunidade. Por isso estabelecemos: só há comunidade na medida em que os fiéis têm participação no planejamento através de grupos.

Resta agora estudar melhor a natureza dêste grupos.

(Continuará no próximo número)

21.ª SEMANA GREGORIANA

Organizada pelo Instituto Pio X do Rio de Janeiro, através da Escola Regional de S. Paulo.

**Do dia 20 ao 21 de janeiro de 1963 no Colégio Assunção.
Alameda Lorena 665 — São Paulo.**

Informações e Matrículas:

**Em S. Paulo, Colégio "des Oiseaux".
Rua Caio Prado 232 — S. Paulo.**

**No Rio: Instituto Pio X do Rio de Janeiro.
Rua Real Grandeza, 108 — Botafogo.
Tel. : 26-1822**

A IGREJA, O DOENTE E O HOSPITAL

Pe. Lydio Milani M.J.

O tema deste nosso trabalho será o esforço da Igreja através dos tempos, no sentido de proporcionar ao homem enfermo um tratamento digno.

Veremos, também, se o doente está recebendo a assistência que merece.

Finalmente, faremos uma crítica do que foi observado em nosso meio assistencial, sem declinar nomes de entidades, porque apenas nos interessa chamar a atenção sobre as responsabilidades que nos cabem diante de Deus, pela porção da sociedade que Ele confiou aos nossos cuidados e que, da melhor maneira, precisamos ajudar para que chegue ao céu.

I — História da assistência à saúde

Não podemos falar do hospital dos nossos dias sem lembrarmos o seu passado; o que procuramos fazer rapidamente e por etapas. Iniciaremos com o período

1) Antes de Cristo

Não temos provas de que houvesse hospitais antes da era cristã. A própria história nos permite assim concluir. Quando Tibério visitou Rodes, manifestou o desejo de conhecer os doentes do lugar. Para satisfazer o desejo do imperador, todos os enfermos da cidade foram levados sob um dos pórticos; o que não teria sido necessário se houvesse hospitais (1).

O mesmo podemos concluir pelo que nos relatam os Evangelhos; os doentes eram apresentados a Jesus nos caminhos (2), poucas vezes referem que os visitasse a domicílio (3). Se o povo israelita tivesse hospitais naquela época, Jesus os teria visitado e o fato não teria escapado aos Evangelistas.

Também a medicina daqueles tempos parece confirmar a inexistência de hospitais. Ouçamos o que dizia Plutarco (ano 50) comentando o passado: "Bons os tempos em que os médicos examinavam os doentes nas vias públicas, porque conversando com eles e ouvindo as suas queixas, os médicos podiam fazer confrontos que facilitavam o diagnóstico e a terapêutica".

Entre os romanos existiam **valetudinários**, lugares destinados a cuidar dos escravos e dos soldados que adoecessem; contudo não eram uma forma de hospital. Sabemos como, antes do Cristianismo a pessoa humana era des-

1) Dr. J. Carcopino, "Origine Cristiana dell'Assistenza Publica", em "Orizzonte Medico", fev. 1960.

2) Mt 9, 20; 7, 1-4 16; 15,34. Mc 2, 1-6; 3, 7-13. Lc 5, 12; 6, 18; 7, 40-43.

3) Mt 7, 14; 9, 18; Mc 1, 30-32; Lc 4, 38.

considerada. Prestava-se assistência aos escravos e aos soldados apenas porque representavam um valor econômico que convinha recuperar, enquanto eram ainda desfrutáveis. Para os outros cidadãos não havia uma assistência oficial; por isso se arranjavam como podiam, com uma assistência doméstica (4). No entanto, há referências de que no Oriente (Índia), os doentes eram tratados em casas especiais.

A assistência social foi igualmente muito precária — quase inexistente — pelos motivos já expostos: desinterêsse pela pessoa humana. Sabe-se que Nerva, Trajano, Marco Aurélio e Adriano dedicaram pequena parte de suas rendas para a assistência à infância, com as chamadas **Fundações Alimentares**. Estes bens eram distribuídos entre as famílias pobres. Os alimentos eram assegurados numa proporção de dois filhos legítimos para 179 ilegítimos e entre estes últimos, a 34 meninas para 145 meninos (5).

O grande número de crianças expostas nos diz da pouca consideração e do pouco respeito pela dignidade do ser humano, principalmente pela mulher, e, como consequência, baixa moral da família. Problemas que só o cristianismo, mais tarde, conseguiria sanar.

2 — A assistência à saúde nos primórdios do cristianismo.

As origens do hospital, para honra da Igreja, ligam-se à história do cristianismo. É que o conceito de dignidade do homem era muito elevado entre os cristãos. O próprio Deus ensinara esta verdade nas Sagradas Escrituras.

A — No Antigo Testamento, principalmente no 1.º capítulo do Gênesis, o Criador mostra o cuidado de que cercou o homem:

a) dependendo nada menos de seis dias da criação para preparar o ambiente à primeira família humana (6);

b) dando a esta criatura distinta algo de semelhante a Si (uma alma imortal) (7); de modo que, uma vez criado um ser humano, torna-se, de certa forma, eterno, pois não terá mais fim;

c) destinando o homem ao céu (8);

d) não achando antieconômico o sacrifício do próprio Filho Divino (9), ainda que fôsse por um só membro do gênero humano;

e) pondo os anjos do céu a serviço do rei da criação (10).

B — Nos Evangelhos, Jesus mostra o alto conceito que tem do homem:

a) quando fala da caridade, ensina que devemos amar o próximo como a nós mesmos (o que quereis que vos façam os homens, fazei-o vós também a eles) (11), amá-lo como amamos a Deus (o que fizerdes a um

4) Souza Campos "História e evolução dos hospitais", Rio de Janeiro, 1944.

5) Dr. J. Carcopino, "Origine Cristiana dell'Assistenza Publica", ibid.

6) Gên 1, 1-24.

7) Gên 1, 27.

8) Jo 19, 25-28; Sl 15, 15; Gen 3, 15.

9) Gen 3, 15.

10) Gen 48, 15-16; Ex. 23, 20-21; Sl 90, 11.

11) Mt 7, 7-12.

dêstes a mim o tereis feito) (12), amá-lo como Deus o ama (Amai-vos uns aos outros como eu vos amei) (13), amá-lo como Deus ama a Si. (Para que êles sejam um, como Tu, Pai, o és em mim e eu em Ti) (14);

b) além disso temos as palavras do Mestre: "**curai (cuidai) os enfêrmos...**", tão imperativas quanto "**Ide... e Ensinai...**".

Tantas e tão claras provas do valor do homem não podiam deixar indiferentes os cristãos perante o irmão enfêrmo ou necessitado. Foi com êste apreço pela pessoa humana que os apóstolos se lançaram ao apostolado, dedicando-se também ao cuidado temporal dos necessitados. E como não podiam fazer tudo por suas mãos, porque a pregação do evangelho urgia, recorreram a outros que pudessem ajudá-los na tarefa urgente e indispensável, o que deu origem aos "Díáconos" e "Diaconisas" (15). O cuidado do homem como um todo não é descoberta recente, mas tão antigo quanto o Evangelho.

Não foi sem enfrentar grandes dificuldades que a Igreja, desde a sua fundação, procurou dar um ambiente adequado aos seus queridos doentes, pois, sempre viu nêles o próprio Deus. Começou com os **xenodóquios**, casas em que eram recolhidos os peregrinos (dentes ou não). Posteriormente foram criados departamentos especializados: **gerontocômios**, para os velhos; **nosocômios**, para os doentes; **gineceus**, para as mulheres enfêrmas; **brephotróphios**, para as crianças abandonadas.

Pelo ano 300 da nossa era, quando a Igreja saía das catacumbas, trazia consigo também suas obras de assistência, as quais aumentaram sempre mais.

Constantino, primeiro imperador cristão, deixou plena liberdade à Igreja no campo assistencial e proveu-a de muitos recursos materiais, porque a julgou competente em matéria de bem servir (16).

No Concílio de Nicéia (325) — convocado para dar combate ao Arianismo — foram discutidos também alguns temas relativos à Assistência aos doentes. No canon LXX do mesmo Concílio determinou-se que não poderia faltar lugar para os peregrinos, enfêrmos e pobres; que a direção de toda obra assistencial estaria a cargo de um monge (eremita), o qual seria responsável pela manutenção da entidade.

Naqueles tempos já se faziam planos colossais em matéria de assistência à saúde. Em 331, São Gregório Nazianzeno, falando das atividades do bispo São Basílio, dizia: "**O que são, em confronto, as 7 portas de Tebas, os muros de Babilônia, o colosso de Rodes ou o Capitólio de Roma? Pouco longe da cidade (Cesaréia) vês surgir uma nova cidade (Basiléia)... onde toda a doença e todo mal... encontra lenitivo**".

Mesmo os pagãos se admiravam da assistência caritativa dos cristãos, fato pelo qual muitos dêles foram levados à conversão. Juliano, o Apóstata, demonstrava tão grande inveja pelo que a Igreja realizava, que dizia aos seus

12) Jo 15, 12.

13) Id.

14) Jo 17, 21.

15) At 6, 1-7.

16) Dr. A. Pazzini, "Il primo risorgere dell'ospedale", em "Orizzonte Medico", jan. de 1960.

correligionários: "Porque não lançamos um olhar àquelas coisas que a ímpia religião cristã instituiu... a benignidade para com os doentes e os peregrinos... a sepultura dos mortos e a santidade da vida... O que penso deve ser feito... É coisa vergonhosa que ninguém de nós vá esmolando (para as obras de caridade), e que os ímpios galileus alimentem não só os seus, como também os que nos pertencem, deixados por nós sem ajuda".

Foi nesses tempos gloriosos, para a Igreja e em vista dos exemplos da mesma, que muitos particulares se dedicaram inteiramente à causa da caridade, transformando as próprias residências em hospital.

A caridade da Igreja nunca estacionou, antes, sempre se empenhou em progredir e aperfeiçoar a consciência de bem servir. Um documento do século VIII, o *Liber Diurnus*, fala da obrigação que os então administradores tinham de providenciar médicos e pessoal qualificado para assistência aos internados.

Também a medicina recebeu do Cristianismo um grande impulso, não só porque êste lhe incutiu mais respeito pela pessoa humana, mas também porque lhe proporcionou ambientes adequados para que pudesse evoluir: os hospitais. No campo cultural, a medicina teve a possibilidade de progredir muito à sombra das igrejas, sendo que as escolas pagãs foram desaparecendo e cedendo lugar às escolas catedrais e monásticas, em cujas mãos esteve o ensino por muitos séculos e onde, com as ciências eclesiásticas, eram também ensinadas as ciências humanas, máxime a medicina. O ensino desta disciplina se enquadrava perfeitamente no espírito cristão; se a Igreja era responsável pelas obras de assistência não podia descurar o preparo técnico-científico dos que trabalhavam neste setor. Entre os especialistas havia muitos eclesiásticos, fato pelo qual, em muitos trabalhos médicos que nos vieram da Idade Média, com os nomes dos autores, encontramos os apelativos "Subdiaconus", "Diaconus", "Presbyter" (17).

3) A grande crise da assistência hospitalar.

Os dísticos dos hospitais antigos nos dizem claramente da alta estima que então se guardava pelo doente como pessoa. Vejamos alguns: "*Christo Regi in pauperibus infirmo, cultu amoris*" (A Cristo Rei, enfermo nos pobres, como culto de amor); "*Saluti pauperum temporalis, divitum aeternae*" (Dedicado à saúde temporal dos pobres e à salvação eterna dos ricos).

Em todos os tempos a fé cristã viu Cristo nos enfermos e sempre considerou as obras de misericórdia indispensáveis para se obter o céu. O hospital era alguma coisa do enfermo e a caridade, na Igreja, nunca teve sentido de esmola, da mesma forma que não consideramos esmola a ajuda que prestamos a alguém da nossa família. A caridade foi sempre tida como virtude indispensável, de modo que se deve considerar pecado de omissão o não praticá-la.

Depois do ano 1300 houve um arrefecimento na fé e nos costumes

17 - Dr. A. Passini, "L'insegnamento medico nei centri monastici", *ibid.* jan. de 1938.

cristãos, arrefecimento, êste, que atingiu a caridade e, como consequência, o respeito pelo ser humano sofreu espantoso declínio.

Isto piorou muito com o advento do protestantismo, quando muitas entidades assistenciais da Igreja foram supressas. Muitos hospitais foram fechados por não haver quem prestasse serviço nêles; outros continuaram funcionando, mas com pessoal incompetente e de péssimos antecedentes. Em algumas entidades assistenciais, os funcionários eram detentos que cumpriam pena por seus delitos. Pelo que nos diz a história hospitalar da época, podemos concluir a que ponto chegou a assistência à saúde. O doente passou a ser considerado um objeto de pouco valor, explorado e maltratado pelos funcionários. O laicismo transformou em ambiente de pavor o hospital que a Igreja instituíra para paz, segurança e tranqüilidade do que sofre (18).

Com a Revolução Francesa (1789), a crise alcançou o auge por causa da perseguição religiosa sistemática que se moveu em vários países. As obras de assistência — quase tôdas nas mãos da Igreja — foram prejudicadas ainda mais, ao mesmo tempo que se difundiram as ideologias liberais que prepararam o caminho para o materialismo. Ora, as novas filosofias contagiaram principalmente os médicos, os quais passaram a ser os "donos" dos hospitais. É sabido que o materialismo não faz muita distinção entre o homem e o animal de provas. Portanto, que respeito se poderia esperar em favor da criatura privilegiada (19)?

Mas acontece que, aos próprios materialistas não parecia prestigioso para a medicina a posição anormal em que tinham colocado o homem. As pesquisas realizadas no campo psicológico lhe fizeram ver a estreita relação que havia entre reação psíquica e saúde, o que os levou a descobrir um novo campo de estudo: a psicossomática. Concluíram, então, que seria indispensável tratar o homem como um todo: alma e corpo (20). Ora, isto não era novidade para o cristianismo. A êste respeito dizia o Dr. Cherubino Trabucchi, da Associação Italiana de Médicos Católicos: **"S. Tomás se alegraria muito nos dias de hoje, vendo que as ciências se encaminham para o espiritual depois de uma série de erros..."**. Nós podemos acrescentar que, para a "ciência assistencial" poder encontrar-se novamente com a caridade cristã, torna-se indispensável o hospital católico e o válido elemento religioso que nêle trabalha.

II — Atitude da Igreja perante o problema da crise hospitalar

A Igreja, depositária fiel de tôdas as verdades que lhe foram confiadas por seu Fundador, nunca deixou de mostrar ao mundo — com o exemplo — qual o caminho a seguir. Contra os êrros de uma assistência decadente e tendente ao materialismo insurgiu-se com uma plêiade de obras de assistência e de santos.

18.) P. Mario Vanti, "S. Camilo di Lellis e suoi Ministri degli Infermi", Coletti Edit. Roma, 1958.

19.) Frei Dagoberto Romag OFM, "História da Igreja", Vozes, 1941.

20.) Joseph Nuttin, "Psicanálise e personalidade", Agir, 1958.

1 — Andava alta a crise da assistência hospitalar, quando apareceram os maiores santos da caridade: São João de Deus, São Vicente de Paulo, Santa Catarina Fieschi, São Camilo de Lélis, São Caetano Thiene. Todos exemplos vivos da caridade da Igreja a ensinar como deve ser assistido o irmão que sofre, o qual merece o melhor dos nossos sacrifícios por ser um membro padecente de Cristo.

Pouco mais tarde ensaiava seus primeiros passos a assistência hospitalar do Estado. A Igreja nunca se opôs à intervenção do Estado em matéria de assistência, antes ela deseja que o poder civil se interesse pelo problema (21); mas, não poderá silenciar e nem admitir que seja impedida sua missão de mãe junto aos filhos, quando se encontram nos hospitais do estado (22). Para a Igreja um doente é muito mais do que um simples valor econômico; por isso insiste, dizendo que o hospital é para o enfermo e não para a administração que o governa, que o leito da enfermaria é do paciente e não do chefe da clínica, que o doente é que precisa de hospital e não o hospital que precisa de doentes para alguém fazer carreira (23).

2 — Para conseguir o seu objetivo a Igreja não descurou as universidades médicas, onde forma clínicos e técnicos dentro de sentido cristão de doença e de doente, a fim de manter alto o nível da assistência à saúde no plano da caridade. Das 526 universidades de medicina que existem no mundo, 14 são católicas das quais: 4 na Europa, 3 na América do Norte, 3 na Ásia, 4 na América do Sul (destas, uma em São Paulo).

A Igreja não pode dispensar estas atividades para chegar ao fim que se propõe e porque isto constitui uma das vocações mais nobre para os seus filhos (24).

3 — Tudo quanto dissemos do interesse da Igreja pelos hospitais e pela medicina o dizemos também em relação à enfermagem. Ela tem em suas mãos grande número destas escolas. Em nosso país, a maioria das escolas de enfermagem estão nas mãos das religiosas (25). No entanto nem todas compreendem bem a sua responsabilidade, o que pode comprometer o nome da Igreja, desta Igreja pela qual devemos fazer coisas grandes e não "qualquer coisa".

Se pretendemos irradiar o cristianismo em todos os ambientes será indispensável que utilizemos elementos formados com os sábios ensinamentos cristãos, sem, com isto, pretender negar que das escolas não católicas possam sair elementos com ótima formação.

21) Mons. Angelini, "Assistenza Spirituale nell'Ospedale Moderno", em "Orizzonte Medico", maio de 1960.

22) Aliás, isto é reconhecido pela "Proclamação dos Direitos do homem" em seu art. 18: "...et droit implique... la liberté de manifester sa religion ou sa conviction: seule ou en commun, tant en public qu'en privé, par l'enseignement, les pratiques de culte et l'accomplissement des rites".

23) Com isto não pretendemos criticar a seleção de casos, feita nos hospitais-escola, indispensável ao ensino.

24) Dr. Gilda Sparfante, "Cattolici e Scuole di Medicina", em "Orizzonte Medico", outubro de 1958.

25) Das 37 Escolas de Enfermagem existentes em nosso país, 21 estão nas mãos das Religiosas.

4 — A Igreja não esqueceu os problemas missionários de assistência à saúde. Anualmente forma enfermeiros, médicos e obstetizes que irão fazer o papel dos primeiros "Diáconos" e "Diaconisas", nas missões. Sobre tudo ela procura utilizar-se de elementos autóctones porque eles têm mais acesso junto aos patrícios de que o estrangeiro, pelo qual, em toda parte, se guarda certa desconfiança.

As autoridades eclesiásticas compreendem que, hoje mais do que nunca, há necessidade de o profissional católico, leigo, trabalhar ao lado do sacerdote, tomando em suas mãos os destinos do país, antes que isto seja feito por "desajustados sociais".

Na Itália funcionam 4 instituições para instrução e preparo de missionários — religiosos e leigos — em matéria de conhecimentos médicos e de assistência à saúde:

a) **Collegio Universitário Aspiranti Medici Missionari** (CUAMM), para jovens de nacionalidade indígena;

b) **Associazione Femminile Medico Missionaria** (AFMM), para jovens de sexo feminino;

c) **Unione Medico Missionaria Italiana** (UMMI);

d) **Collegio Internazionale Per Studenti d' Oltre Mare** (CISOM), para formação de um laicato missionário autóctone.

5 — Uma das atividades da Igreja que merece menção é a **Pontifícia Obra de Assistência**, organização que mitigou tantos sofrimentos, principalmente durante a última guerra. Inicialmente limitava suas atividades à Itália; mas, em 1950 transformou-se na **Charitas Universalis**, por meio da qual a caridade assistencial da Igreja se estende a todos os povos necessitados, em modo especial nas emergências. Atualmente a Charitas funciona em 35 países (26).

O fim principal da organização é estimular a solidariedade cristã entre os povos. O Brasil recebe anualmente centenas de toneladas de farinha, leite em pó e cereais da secção Norte-Americana da Charitas (27).

Para avaliar a eficiência da organização basta lançar um olhar a algumas cifras dos socorros por ela prestados aos países atingidos pelas últimas catástrofes ocorridas no mundo:

Nas inundações do Po (Itália), foram distribuídos medicamentos no valor de 60.000.000 de liras, além das toneladas de roupas e produtos alimentícios.

Por ocasião do terremoto que abalou a Grécia, a Charitas contribuiu com 35.000.000 de liras só em medicamentos (28).

Em 1956, quando eclodiu a revolução húngara, foram enviados 218 vagões de auxílio aos necessitados daquela nação.

No terremoto que assolou parte do Chile; nas enchentes ocorridas no

26) A Igreja demonstra, com isto, que não tem nação. Todos os homens são seus filhos, porque todos são filhos de Deus.

27) O *Cruzeiro*, 21 de setembro de 1956.

28) "L'Osservatore della Domenica", 4 de março de 1956.

Brasil; na catastrófica avalanche de neve que soterrou várias aldeias do Peru, a Charitas esteve presente com seus valiosos socorros.

Estes são apenas alguns dados colhidos de jornais; é certo, porém, que foi realizado muito mais.

III — Situação atual da assistência à Saúde

As consequências do Liberalismo e do materialismo, infelizmente, ainda se fazem sentir em muitos ambientes de hospital. A orientação da Igreja, no entanto, continua na palavra doura e sempre oportuna dos Papas, recomendando a todos que a caridade que une as almas e eleva até Deus, seja mantida atualizada e entusiasmando as pessoas religiosas no sentido de não serem inferiores aos leigos em capacidade e técnica.

Em 1951, Pio XII se dirigia a 2.000 religiosas da F.I.R.O. (29) com estas palavras: **"Nada deveis descuidar daquilo que possa tornar-vos mais capazes de dirigir obras assistenciais, principalmente de cuidar dos enfermos. Para isto basta que sejais religiosas, nem mesmo religiosas perfeitas; é necessário possuir também as indispensáveis noções técnicas relativas aos novos métodos de cura..."**

Felizmente florescem, entre nós, as obras católicas de assistência à saúde. Há numerosos hospitais e de padrão elevado dirigidos por religiosas. Ora, isto é um grande bem, não só para a Igreja como também para a nação.

Há pouco tempo um semanário católico informava que **"o diretor das obras sociais de uma diocese da Alemanha declarou que as atividades caritativas dos religiosos permitem ao estado economizar anualmente 125.000.000 de marcos, só na República Federal Alemã. Com isto se responde às acusações dos socialistas de que as subvenções do estado a obras sociais católicas, são mal aplicadas"**.

Segundo estatística da C.R.B., os religiosos, no Brasil, têm em suas mãos quase metade das instalações hospitalares (832), com um total de 107.000 leitos. Quer dizer que, diariamente, entramos em contato com aproximadamente 100.000 doentes, aos quais temos a oportunidade de falar de Deus, enquanto cuidamos das suas feridas.

Isto prova os grandes esforços e os muitos sacrifícios levados a efeito para glória de Deus e a salvação das almas. Perante a estatística podemos bradar: **"benditas as religiosas; que Deus as multiplique"**, pois a maioria destas obras estão em suas mãos.

Agora, resta saber se todos estes hospitais estão correspondendo às exigências do tempo e às orientações da Igreja relativas à assistência à saúde. Não resta dúvida que, neste particular, há muitos reparos a fazer. Começemos com o

1 — **Hospital:** Quando falamos em hospital, asilo ou sanatório não entendemos apenas a construção física que alberga o paciente, mas também o elemento humano que o movimenta. Assim sendo, um bom hospital será aque-

le que, além de apresentar uma planta física mais ou menos adequada, conta com um pessoal técnica, moral e caritativamente à altura das necessidades do enfermo.

Perante a Igreja o conceito de hospital e de assistência ao paciente não mudou: para ela o **nosocômio** representa aquela instituição que serve a Cristo nos enfermos, embora dentro dos moldes da técnica moderna. No entanto, há muitos hospitais — talvez não de propriedade de religiosas — onde trabalham religiosas que não passam de clínicas onde se visa unicamente o interesse comercial. Perdem de vista as funções do hospital moderno que são, não só de ordem curativa, mas também de ordem preventiva, educativa e formativa; perdem a oportunidade de educar os pacientes, não se prestam para campo de pesquisa e não dispõem de estatísticas que possam contribuir para o aperfeiçoamento de médicos e enfermeiros.

2 — Os **internatos para crônicos** merecem especial destaque. Muitos deles constituem um problema doloroso, assistidos que são por um pessoal sem nenhum preparo e onde a enfermagem e a assistência médica são precaríssimas (30).

Estes depósitos de gente à espera da morte devem assumir um caráter de "asilo" onde os necessitados encontrem condições de aceitar o seu estado. Frequentemente não se desenvolvem esforços para melhorar a situação, porque as administrações estão nas mãos de leigos que não entendem do assunto, não têm caridade e às vezes se aproveitam da miséria dos internados e do bom trabalho das religiosas para seus negócios.

3 — As **administrações** merecem boa parte da crítica. Sabe-se e fala-se em congresso que o hospital é para o doente; no entanto observa-se em muitos ambientes, que o doente é servido por último, depois de servida toda a hierarquia burocrática. Ao falar aos participantes da Conferência mundial de saúde, dizia Pio XII: **"Vós não ignorais que muitas vezes se possa ver o enfermo assistido, não como uma pessoa, mas como um caso... que o doente frequentemente tenha que sofrer as consequências desastrosas de medidas administrativas, entendidas para assegurar, antes de tudo, a comodidade dos serviços. Nestes casos o doente passa em segundo plano, apesar de sua importância predominante"**.

Certas administrações se aproveitam do trabalho das religiosas, as sobrecarregam com as tarefas mais odiosas — como são, em geral, todos os problemas que surgem com os empregados ou com os doentes, relativos à administração — obrigando-as a inverter os valores: fazer os interesses da instituição e não os do paciente.

Nos contratos deveria constar bem claro que as religiosas aceitam **trabalhar na instituição, para estarem a serviço dos internados, respeitadas as constituições da Congregação e os cânones do código de enfermagem**.

Desta forma salvar-se-á também a responsabilidade quanto às operações ilícitas e ao aborto (31), práticas ainda em uso, mesmo em ambientes onde

30) Num desses ambientes, ouviu-se "cor.solar" um internado que se queixava com estas palavras: "Não reclame, você está aqui para morrer mesmo".

31) O Código de Enfermagem da ABEn, em seus primeiros artigos, é claro com relação à

trabalham religiosas. Diante de um contrato bem feito a Congregação Religiosa pode, inclusive, processar a instituição quando esta não observar o compromisso escrito, por ela aceito e assinado.

Já é tempo de as religiosas não serem mais o elemento precioso e barato "às ordens" de oportunistas e criminosos. Ao meu ver, não tomar medidas radicais neste sentido é colaborar. Não esperem que o Capelão resolva êstes problema, pois, êle não sabe o que se passa na sala operatória e os fatos referidos não merecem crédito nas denúncias; além disso, muitas vêzes pode estar comprometido com o sigilo sacramental.

4 — Quanto às **escolas de enfermagem** temos a dizer que elas são bem-vindas; mas, que sejam escolas preenchendo os requisitos mínimos, porque as meias-escolas trazem pouco proveito à causa de Deus. É conveniente que por espírito de economia, de colaboração e para melhoria do ensino, não se crie uma segunda escola onde já há uma, de bom padrão, que não consegue lotar as suas vagas. Certas concorrências só podem ser prejudiciais ao bem comum. Num congresso de estudantes, entre 15 estudantes de escolas católicas consultadas, 9 responderam que as suas escolas estavam longe de conseguir levar a efeito o programa exigido pela Lei n.º 775 de 1949. Ora, se uma escola não consegue formar enfermeiros, que forme auxiliares; aliás há muita falta de profissionais desta categoria.

Não poderíamos deixar de lembrar que as diretorias das escolas são responsáveis pela saúde dos alunos. Sabe-se de escolas em que os alunos são submetidos a 8 horas de estágio diário, além das aulas. Isto não é justo, porque alunos de enfermagem não são empregados de hospitais. E se adoecerem por causa da estafa (p.e. de tuberculose), como já houve casos? (32).

5 — Falando das **Irmãs**, repetimos o que já foi dito: **"Benditas as Religiosas"**. Sem dúvida é valiosíssimo o trabalho que prestam na vinha do Senhor. **"Ninguém mais do que elas... pode inspirar paz e serenidade; aquela paz e serenidade que revelam preciosos auxílios aos ansiosos esforços para dar saúde e bem-estar aos membros de Cristo (33).** Contudo, como seria bem melhor a assistência aos doentes em certos ambientes e como seriam mais benquistas as próprias religiosas, se tôdas compreendessem que a sua atividade no hospital não é apenas um ofício, mas um apostolado. Como é desagradável que os doentes desabafem com o Capelão, com os médicos ou com os parentes, dizendo: **"aquela freira nem parece irmã de caridade"** (34).

Muitas sabem como o hospital já foi **"ameaça"** em algumas comunida-

assistência ao enfermo e ao respeito pela vida: "Art. 1.º — A responsabilidade fundamental do enfermeiro é servir a pessoa humana. Art. 2.º — O enfermeiro respeita a vida humana em tôdas as circunstâncias, desde a concepção até a morte. Em caso algum coopera em atos nos quais voluntariamente se atente contra a vida; ou que visem destruir a integridade física ou psíquica do ser humano".

32) Par se avaliar a gravidade da matéria basta saber que a integridade física da pessoa está muito acima dos outros bens materiais da mesma.

33) Pio XII à "Família hospitalar de Milão", 26 de junho de 1966.

34) Houve casos em que o Capelão precisou intervir em favor do paciente contra a atitude descaridosa de religiosas.

des religiosas. Quem desconhece, por exemplo, que já foram escolhidas para trabalhar no hospital religiosas menos aptas ou que eram um problema para a Congregação? Diante disso, não deveria causar surpresa se as avencas do hospital recebiam mais cuidados que os doentes.

Em alguns hospitais foram observadas certas distinções entre pensionistas e indigentes que são um verdadeiro insulto ao pobre. Para evitar delongas vou citar as palavras de um médico: **"Muitas religiosas têm mais obras de justiça que de caridade, de caridade mais com os médicos e a administração do que com os pacientes. Esta troca de valores, estes contatos com o dinheiro, com o rico que paga, este ceder, ainda que diante de vantagens indiretas, traz muitos inconvenientes"**.

O interesse material (\$) destrói completamente o nosso apostolado junto aos leigos que trabalham ao nosso lado e que deveriam colher exemplos da nossa atitude.

6 — As relações entre religiosas e enfermeiras já melhoraram muito, se bem que, em alguns ambientes, ainda deixam a desejar. A situação é pior quando no hospital há leigas diplomadas e religiosas que não o são. O Santo Padre Pio XII recomendou tanto o mútuo entendimento para que se possa obter cooperação em todos os campos. Dizia Ele que **"as causas que obstam à colaboração no campo da saúde são a estreiteza de julgamento que recusa, mais ou menos voluntariamente, alargar o horizonte de conhecimentos e que, muitas vezes, não se admite que uma pessoa, embora de menos categoria, possa ter idéias mais fecundas"**.

Neste particular, como em outras tantas coisas, os norte-americanos nos dão exemplos. Por causa do entendimento e da colaboração entre leigos e religiosos, naquele país protestante, a Igreja desenvolve uma atividade extraordinária, no setor de saúde. Lá se criou, inclusive, uma federação de hospitais católicos, a **"Catholic Hospitals Association of U.S. and Canada"**. A associação compreende perto de mil hospitais com cerca de 250.000 leitos; nêles servem 30.000 pessoas religiosas; Além disso a associação mantém uma revista mensal (*Hospital Progress*) e setor educativo para médicos e enfermeiras (de que fazem parte as faculdades de medicina e as escolas de enfermagem católicas). Eles pretendem entrar em contato com associações de outros países e formar uma **"Federação de Hospitais Católicos das Américas"** (35). Isto seria de interesse para nossas obras assistenciais, principalmente nos dias de hoje, diante da atual exploração farmacêutica.

Na última parte da minha exposição tomei a liberdade de fazer esta crítica porque julguei prestar ajuda às religiosas desejosas de conhecer também os pontos fracos da assistência hospitalar contemporânea, em muitos ambientes. Como em nossa vida particular preferimos ser nós mesmos os primeiros a conhecer os nossos erros, da mesma forma, procurando manter-me dentro das normas da caridade fraterna, julguei oportuno denunciar. "em

35) Mons. George Lewis Smith, "Educatonal program of the C.H.A. of US and Canada", 3.º Inst. Inter. de Org. e Adm'n. de Hospitais, Rio de Janeiro, 1950.

casa" as falhas observadas, antes que sejam apontadas pelos leigos; fato que nos poderia desapontar.

Relatei o que nós, Capelães, tivemos a oportunidade de observar em nosso ministério, ministério êsse que se nos torna tanto mais difícil quanto menos se vive a caridade no ambiente hospitalar.

Não poderia concluir êste trabalho sem lembrar o Mestre Divino e pedir-lhe que nos confirme na bondade. Aquela bondade que Manoel define como **"compreender tudo; nem sempre tudo aprovar, nem mesmo tudo desculpar, mas tudo compreender... ter um coração bastante grande a fim de que nenhum cuidado se sinta estranho; tê-lo bastante forte para que nenhum cansaço hesite em repousar nêlo; bastante puro para que nenhuma vergonha tema confiar-se a êle; bastante experimentado pelo sofrimento, para que tôda a dor espere ser por êle atendido"**.

BIBLIOGRAFIA

Stanislas de Lestapis. **LIMITAÇÃO DA NATALIDADE**. Trad. de Pe. Mateus Garcez. São Paulo, Ed. Herder, 1962. 354 pgs.

De início o Autor apresenta as várias posições filosóficas, religiosas e políticas tomadas no decorrer dos séculos perante o problema da limitação da natalidade (pp. 23-72) para, depois, expor a crítica dos resultados e das implicações da contracepção oficializada (pp. 73-125), estendendo-se então sobre a posição católica e sua significação, onde se aduz como base a Sagrada Escritura e o magistério da Igreja (pp. 127-248). A última parte: "Função dos católicos no mundo", apela para a posição dos católicos como sal da terra, abordan-

do em seguida a função inspiradora de políticas de população em países subdesenvolvidos e tirando daí as devidas conclusões (pp. 251-350).

Os guias espirituais e confessores não podem dispensar estas moderníssimas pesquisas na direção das almas. A abundante citação de bibliografia moderna, inclusive os "Documentos Pontifícios" publicados pela Editora Vozes, garante o caráter científico da obra, facilitando aos estudiosos da matéria, pesquisas mais detalhadas.

F. A. C.

OBRAS DE SANTA TERESA. CARTAS. T. VII e VIII. Petrópolis, Ed. Vozes, 1961. 414 e 186 pgs.

A variedade dos assuntos que a Santa trata com sacerdotes, religiosos e seculares, permite ao leitor penetrar-lhe na alma e descobrir-lhe sempre as mesmas normas seguras e firmes da conselheira, superiora, reformadora da Ordem e sincera amiga de seus parentes, ora guiando almas, ora resolvendo negócios da Ordem ou assuntos d'ários. O que muito ressalta nas cartas, além da prudência e circunspeção, é o vivo interesse que a Santa dedica ao bem-

estar espiritual e material de seus parentes e amigos, como também a franqueza evangélica ao dar-lhes conselhos salutares, e tudo isso com uma naturalidade que cativa o leitor, impondo-se estas cartas como exemplos de como tôda e qualquer correspondência pode e deve conter alguma mensagem espiritual, também hoje transcorridos quatro séculos desde que Santa Teresa escreveu.

F. A. C.

CASO XXII — LICENÇA OU PROIBIÇÃO DE RECEBER A COMUNHÃO

Pe. Frei Rafael de União OFMCap.

Uma determinada Casa Religiosa, já por muito tempo gozava de muita paz e tranquilidade.

Como, porém, é sempre grande a fragilidade humana e irreprimíveis, algumas vezes, os ímpetos da natureza decaída, a paz e a tranqüilidade desta Casa Religiosa foram violadas. Não sei por que motivo, houve uma forte alteração entre a **Irmã Eleutéria** e a **Irmã Zósima**, originando-se daí um grave escândalo para a Comunidade.

A Superiora da Casa nada pôde fazer, infelizmente, para a imediata cessação da contenda: os ânimos estavam por demais irritados.

No dia seguinte, as duas Irmãs, sem se terem confessado, desejavam fazer a sua Comunhão: o que a Superiora terminantemente lhes proibiu, **enquanto não se tivessem aproximado do Sacramento da Penitência**.

A Irmã Eleutéria obedeceu à Superiora, abstendo-se de comungar.

A Irmã Zósima, consigo mesma ponderou: "Estou arrependida intimamente do que fiz; a autoridade da Superiora não pode chegar até ao ponto de proibir uma Religiosa de comungar. Portanto, vou comungar". E comungou...

Pergunta-se

1. Qual a legislação da Igreja sobre a licença ou a proibição de receber a Sagrada Comunhão?
2. Agiu bem ou mal a Superiora em proibir que as referidas Irmãs se aproximassem da Mesa Eucarística?
3. Qual das duas Irmãs agiu bem: a Irmã Eleutéria ou a Irmã Zósima?

1. Qual a legislação da Igreja sobre a licença ou a proibição de receber a Sagrada Comunhão?

Temos o Decreto **Quemadmodum** da Sagrada Congregação dos Bispos e dos Regulares, emanado no dia 17 de dezembro de 1890. Em o número 5 deste documento, se estabelece o seguinte:

"Quanto, porém à licença ou à proibição de receber a Sagrada Comunhão, a mesma Sua Santidade decreta que semelhantes licenças ou proibições fiquem ao prudente arbítrio somente do confessor ordinário ou extraordinário. Os Superiores não têm nenhuma autoridade de se ingerirem neste ponto, a não ser no caso em que algum dos seus súbditos, depois da última Confissão Sacramental, tiver sido ocasião de escândalo à Comunidade ou tiver sido réu de uma culpa externa e grave, enquanto não tiver novamente se aproximado do Sacramento da Penitência".

A nova legislação eclesiástica ou seja: o Código de Direito Canônico refere e estabelece, quase na íntegra, a prescrição do Decreto **Quemadmodun.**

Cân. 595, § 3:

"Se um Religioso, após a última confissão, der grave escândalo à Comunidade ou praticar uma culpa grave externa, o Superior pode proibi-lo de se aproximar da Comunhão, enquanto não se confessar".

Por conseguinte, é bem clara a legislação da Igreja nesta matéria: aos Superiores se permite a autorização de proibir a Comunhão do seu súbdito somente nestes dois casos: a) quando houver escândalo; b) quando houver uma culpa grave e externa.

2. Agiu bem ou mal a Superiora em proibir que as referidas Irmãs se aproximassem da Mesa Eucarística?

Agiu bem a Superiora, não permitindo que as Irmãs rebeldes comunhassem no dia seguinte, sem que antes se tivessem confessado. Trata-se de faltas **notáveis** e externas, cometidas **in foro publico**, violando a tranqüilidade externa e pública da Comunidade. Daquí à justa exigência do Código de Direito Canônico, de que haja esta reparação pública, ou melhor esta manifestação externa de arrependimento por parte das Irmãs transgressoras: que é justamente a sua aproximação do Sacramento da Penitência.

3. Qual das duas Irmãs agiu bem: a Irmã Eleutéria ou a Irmã Zósima?

Agiu bem a Irmã Eleutéria, obedecendo à sua Superiora, que agira conforme a norma do Direito Canônico.

Agiu **mal** a Irmã Zósima, desobedecendo à sua Superiora. Não vale a sua excusa. Não se tratava apenas, como pensava ela, em reparar a desordem interna de sua alma, motivada pela contenda; era mister (e o Código de Direito Canônico o admite) uma reparação externa.

GLORIFICAÇÃO DO BEATO EYMARD

Pe. Antônio Paolucci, S.S.S.

A imprensa internacional difundiu em todo o mundo a notícia da próxima canonização do Bem-aventurado Pedro Julião Eymard, no dia 9 de dezembro deste ano.

Grande a alegria dos filhos espirituais das duas famílias religiosas por ele fundadas, a Congregação dos Sacerdotes do SS. Sacramento e a das Servas do SS. Sacramento⁽¹⁾. Não é menor o júbilo do imenso exército de adoradores, diurnos e noturnos, que formam um só coração e uma só alma com os filhos imediatos do Bem-aventurado, na glorificação do divino Hóspede dos nossos tabernáculos. Cabe-nos também agradecer ao Senhor, pelo extraordinário favor que concede a nós e ao mundo católico.

O Bem-aventurado Eymard viveu somente para a Eucaristia e pela Eucaristia. Foi única finalidade de sua vida a honra e a glória do divino Mestre. Para isto ele se fez "o escabelo do seu trono" tomando como programa a palavra de S. João Batista: "Oportet illum crescere, me autem minui". Emocionado em face da inestimável realidade da presença de Deus na terra, em meio dos homens e pelos homens, prova mais do que evidente de seu amor infinito por nós, o Beato Eymard quer, quanto possível à humana criatura, pagar esse amor infinito; e, sob o olhar materno e complacente da Igreja, se fez o apóstolo por excelência da Eucaristia.

Pio XI e Pio XII comprazeram-se em assim o chamar. Escrevia o primeiro em 1925: "O Beato Eymard é do número daqueles santos personagens, enviados providencialmente por Deus, e que maravilhosamente se adaptaram às necessidades dos tempos em que viveram. Podemos, sem nenhuma dúvida, afirmar haver o servo de Deus, Pedro Julião Eymard aparecido oportunamente para promover sempre mais o culto da SS. Eucaristia, e, conseqüentemente, deve ser reconhecido por todos como o apóstolo do culto público". Em 1939 Pio XII, de sua parte, declarava: "Nos desígnios divinos, estava reservado para os tempos modernos e para a adoração perpétua, inaugurada pelo zelo inflamado do Beato Eymard — o maior arauto do Cristo presente em nossos santos Tabernáculos — estava reservado glorificar com um culto sólido e contínuo, com uma magnificência jamais vista nos séculos passados, o Verbo de Deus feito Homem, real e substancialmente presente no Sacramento de seu amor" (Discurso aos Sacerdotes Adoradores da Itália, a 29 de abril de 1939).

(1) — A Congregação do SS. Sacramento tem por fim glorificar Nosso Senhor, mediante a Exposição perpétua do Santíssimo Sacramento, e a santificação das almas por meio da adoração e do apostolado eucarísticos. Fins específicos: preparar verdadeiros e perpétuos adoradores de Jesus na Eucaristia; formar dedicados apóstolos eucarísticos.

O Pontífice reinante, João XXIII, completa, agora, a obra de exaltação pondo a aureola dos Santos na cabeça do Beato Eymard e declarando-o, no decreto de aprovação dos milagres propostos para a Canonização, como "o principal entre os cultores da História divina que estabeleceram Institutos e Sodalçios para ampliar o esplendor devido aos ritos eucarísticos e para a adoração assídua, dia e noite, ao augustíssimo Sacramento".

São sempre admiráveis os caminhos da Providência! O Senhor, que nunca se deixa vencer em generosidade, concede a suprema glorificação àquele que ambicionou ser "o escabelo do seu trono eucarístico", em um momento histórico para sua Igreja, no encerramento da primeira parte do Concílio Vaticano II. Contar-se-ão milhares de personalidades ilustres (Cardeais, Arcebispos, Bispos e Prelados) que poderão assistir e assistirão, unidos à multidão de fiéis, a suprema exaltação do Apóstolo da Eucaristia, sempre tão humilde e a querer apontar esta virtude como fundamental para a santificação dos seus filhos. Verifica-se assim mais uma vez o — **exaltavit humiles** — de Maria, a Mãe dulcíssima, que foi sempre a "guia e protetora" em toda a vida do Bem-aventurado, e a quem quis ele honrar com o particular título de Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento.

Mas não há dúvida, o nosso Bem-aventurado, aureolado com a glória dos Santos, há de continuar a repetir, com voz ainda mais alta, o seu estribilho predileto: "Jesus está aí, portanto todos a Ele" Sim, a glorificação do Padre Eymard redundará na glória da Eucaristia.

Permita Deus que as almas, que o mundo cada vez mais engolfado na matéria, ouçam e dêem o valor merecido a esse brado apaixonado do Beato, e compreendam que a santidade não é utopia, que a Eucaristia não é apenas um símbolo, que o incruento e divino Sacrifício do altar, a Comunhão, "o pão cotidiano" do fiel, e a adoração eucarística, são três maravilhas a provar de modo irrecusável o amor divino para conosco. São ainda a afirmação evidente da importância preponderante da Eucaristia na economia espiritual do indivíduo e da coletividade cristã.

Esta próxima canonização há de ser como o selo oficial da Igreja apóstolo sobre uma vida excepcional, toda consagrada à acordar o espírito turbulento e leviano do homem, com este grande pensamento; "Deus está conosco"!

Obtenha-nos o Beato Eymard compreender plenamente essa consoladora realidade, e tirar dela as consequências práticas para nossa vida cotidiana. Se a seu exemplo, procurarmos amar tanto a Jesus Sacramentado e fazê-lo amado; se como ele correremos ansiosos aos pés dele para adorá-lo, assistir ao divino Sacrifício, alimentarmo-nos dele; se trabalharmos incessantemente pelo advento do reinado eucarístico de Jesus na terra, podemos, então, afirmar haver compreendido o pensamento do Bem-aventurado Eymard, e um dia receberemos magnífica recompensa, porque é verdade divina: "qui custos est Domini sui glorificabitur" — quem é guarda do Senhor, será por ele glorificado."

ESTATÍSTICA

ESTATÍSTICAS GERAIS DO BRASIL

Área (Km ²)	8.511.965
População (Censo 1960)	70.799.352
% de católicos (Censo 1950)	93,49%
Sacerdotes (1960)	
Regulares — 6.989	
Seculares — 4.293	
.....	11.282
Seminaristas Maiores (1961)	
Religiosos — 1.837	
Seculares — 1.091	
.....	2.928
Seminaristas Menores Regulares (1960)	10.408
Habitantes por Sacerdote	6.275
Paróquias (1961)	4.301
Habitantes por Paróquia	16.461
Km.2 por Paróquia	1.979
Circunscrições Eclesiásticas (1962):	170
Províncias Eclesiásticas	30
Arquidioceses (*)	31
Dioceses	104
Prelazias	34
Abadia "Nullius"	1
Ordinariato para os fiéis dos Ritos Orientais	1
Vicariato Militar	1
Prelados (1962)	204
Cardeais	3
Arcebispos	32
Bispos	158
Arcebispos e Bispos resignatários	8
Prelados sem caráter episcopal	2
Abade "Nullius"	1
Ordens, Congregações e Institutos Masculinos — total (1960)	84
Sedes de Governo	148
Casas Religiosas	1.639
N.º de Religiosos (Sacerdotes e Irmãos professores)	10.690

(*) Brasília é Arquidiocese "Immediate Subjecta".

Ordens, Congregações e Institutos Femininos — total (1960) ..	226
Congregações de fundação brasileira	51
Ordens e Congregações contemplativas	13
N.º de Mosteiros	64
Sedes de Governo	312
Casas Religiosas	3.340
Religiosas Professas	34.110

Obras Educacionais (1961):

Ensino Superior:

Ensino Superior:			
Universidades:	{	Católicas	10
		Protestantes	1
		Civis	22
		Total	33
Faculdades:	{	Civis	329
		Católicas	130
Faculdades Católicas depen- dentes de:	{	Religiosos	75
		Mitras Diocesanas	18
		Leigos de orientação católica	37
N.º de Alunos no Ensino Superior			101.581

Ensino Médio:

N.º de Alunos Segundo a Entidade Mantenedora:	{	Federal	35.279
		Estadual	382.757
		Municipal	33.202
		Particular	858.806
		Total	1.308.044

Ensino Primário:

N.º de alunos no Ensino Primário	6.107.279
--	-----------

Situação Demográfica: 60% da população concentra-se nas Unidades Federadas do litoral e no Sul do País

População rural	68,4 %
População urbana	31,6 %

O crescimento da população corresponde a 2.000.000 habitantes por ano.

Indústria: Desenvolveu-se a partir de 1940

75% da matéria prima é obtida no próprio território.

90% da indústria no Brasil, ocupa uma área geográfica de 1%.

Departamento de Estatística da C. R. B. Seção de Levantamentos.

CONCLUSÕES DO XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM

Realizou-se em Curitiba, de 15 a 22 de julho de 1962, o XIV Congresso Brasileiro de Enfermagem, do qual transcrevemos as Conclusões:

CONSIDERANDO

1. a — Que a profissão do enfermeiro é técnico-científica e liberal;
 - b — que as escolas de enfermagem no país, que desde 1946 integram universidades como estabelecimentos de ensino superior, estão em melhores condições para a realização de seus fins do que as anexas;
 - c — que não mais se justificam as escolas anexas, com o advento dos institutos centrais das universidades;
 - d — que a modalidade de escola de enfermagem anexa, sob alegação de economia não é válida, em vista do dispositivo legal do diretor ser enfermeiro,
2. Que a ABEN e a ABO têm interesse no Projeto de Lei n.º ... 3.803/62,
3. Que o auxiliar de enfermagem precisa renovar seus conhecimentos,
4. Que para efeito de planejamento e avaliação é aconselhável a uniformidade de classificação de tipos de serviço,

RECOMENDA

I — A ABEN

1. a — solicitar ao Magnífico Reitor da Universidade do Paraná que se dirija ao Sr. Ministro da Educação e Cultura no sentido de conseguir que a Escola de Enfermagem da Universidade do Paraná a ser criada conforme o Projeto Lei n.º ... 3257—C/57, ora em tramitação na Câmara dos Deputados, seja estabelecimento de ensino superior da Universidade e não escola "anexa";
 - b — solicitar ao Presidente da Câmara dos Deputados no mesmo sentido;
 - c — solicitar aos Magníficos Reitores das Universidades da Paraíba, de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul que se empenhem para que as Escolas anexas sejam transformadas em estabelecimentos de ensino superior.
2. Procurar, pela Comissão de Proteção à Maternidade e Infância, entendimento com a Associação Brasileira de Obstetizes, para reestudo do Projeto de Lei n.º 3.803/62.
 3. Promover, por suas Seções e Distritos, cursos periódicos de atualização de conhecimentos para auxiliares de enfermagem.

II — Ao Conselho Nacional de Saúde e Aos Departamentos de Saúde Das Unidades da Federação.

4. Reestruturar os órgãos de saúde do país de modo a atender a moderna tendência de utilizar o hospital como centro de irra-

d'ação das atividades de saúde pública e a classificação da rede hospitalar em:

Hospital - Unidade Sanitária
Hospital Local
Hospital Distrital
Hospital de Base, incluindo o de ensino médico.

III — *Aos Membros do Poder Legislativo, aos Conselhos e Autoridades de Saúde dos Ministérios da Saúde, Agricultura, Trabalho e Previdência Social, Serviço Social Rural, Sudene e Departamentos Estaduais de Saúde.*

5. Que nas pequenas comunidades é o Hospital-Unidade Sanitária, o órgão que melhor atende às condições peculiares das populações rurais,

5. a — incrementar a criação de Hospitais-Unidades Sanitárias, de acordo com a moderna classificação da rede hospitalar;

As Seções da ABEN

b — procurar exercer influência para estimular esta recomendação.

IV — *Aos Diretores de Hospitais*

6. Que há necessidade do enfermeiro acompanhar o progresso das ciências aplicadas à saúde,

6. Dar aos enfermeiros oportunidades e meios para atualizar seus conhecimentos e habilidades para acompanhar o progresso das ciências.

7. Ser errôneo o conceito que separa a medicina curativa da preventiva,

7. a — promover a coordenação dos serviços médicos hospitalares com os de saúde pública;

b — ter nos quatro tipos de hospitais citados na recomendação n.º 4, como uma de suas atividades fundamentais, a Enfermagem de Saúde Pública, quer executada diretamente, quer em cooperação com unidades sanitárias.

8. Que segundo a legislação em vigor a direção do Serviço de Enfermagem é atribuição do enfermeiro e que nem sempre essa direção é exercida pelo profissional indicado,

8. Prover enfermeiro para dirigir o Serviço de Enfermagem do Hospital, cabendo a esse profissional organizar o mesmo de acordo com os princípios de administração.

9. Que cada dia aumenta a compreensão da necessidade de Educação do Pessoal em Serviço

9. Permitir que todo hospital tenha seu Centro de Educação em Serviço para pessoal de enferma-

- com a finalidade de orientar, treinar e aperfeiçoar no campo de trabalho,
10. Que há necessidade de se conhecer previamente as necessidades locais para o adequado planejamento das atividades do Centro de Educação em Serviço para o pessoal de enfermagem.
 11. Que a necessidade de Educação em Serviço se estende a toda a equipe de enfermagem desde a enfermeira até o atendente,
 12. a — Que o Serviço de Enfermagem é essencial ao hospital-unidade sanitária,
b — que o enfermeiro merço de sua formação e esfera de atividade, é o profissional mais capacitado para conseguir a participação efetiva da população nos programas dos órgãos médico-sanitários;
c — que a educação sanitária salienta-se dentre as demais atividades das unidades sanitárias,
 13. a — Que a enfermeira é membro essencial da equipe de saúde e que atua em organizações médico-hospitalares que também se destinam à formação de outros profissionais;
b — que será de toda conveniência que os estudantes de medicina e outros, ao se graduarem, levem formado um conceito exato da posição do serviço de enfermagem no hospital moderno;
c — que não se deve perder de vista as necessidades do todo para possibilitar a relação imediata com os vários setores do hospital,
 14. a — Que em qualquer organização, sob direção de um enfermeiro.
 10. Atribuir ao Centro de Educação em Serviço a responsabilidade pelo levantamento e estudo contínuo das condições e necessidades de seu campo.
 11. a — promover os meios necessários para a habilitação do pessoal dos Centros de Educação em Serviço.
- Ao Centro de Educação em Serviço:*
- b — organizar e executar programas de orientação e aperfeiçoamento abrangendo todo o pessoal de enfermagem em seus vários níveis.
 12. a — que o enfermeiro faça parte integrante da equipe profissional do hospital-unidade sanitária e de todos os demais tipos de hospital, desde o seu planejamento;
b — que ao enfermeiro seja atribuída preferentemente a responsabilidade principal da educação sanitária.
 13. a — ao se constituir uma equipe de trabalho no hospital moderno, deva ser assegurado à enfermagem ter um assessor desse assunto junto à direção do hospital;
- Aos Chefes de Serviços de Enfermagem*
- b — promover para outros profissionais que utilizam o hospital para sua formação, a interpretação do funcionamento e dos objetivos do Serviço de Enfermagem e de suas relações com os demais serviços.
- V — *Aos Diretores de Hospitais E Arquitetos*
14. a — Dotar os Serviços de Enfer-

zação hospitalar, o Serviço de Enfermagem constitui o núcleo de pessoal mais numeroso e que presta assistência contínua;

b — que em função de suas atribuições o Serviço de Enfermagem se põe em contacto com todos os setores de atividade do hospital;

c — que a atuação do Serviço de Enfermagem exerce papel influente para implantar e manter uma atmosfera terapêutica, zelando pelos altos ideais de respeito à dignidade humana,

15. Que a falta de pessoal de enfermagem em número e qualidade adequados constitui obstáculo à plena realização dos objetivos do Hospital,

magem de instalações adequadas e demais condições, garantindo ao Hospital ser uma comunidade terapêutica.

As Diretoras de Escolas de Enfermagem e aos Centros de Educação em Serviço:

b — fazer com que a formação ética profissional constitua o centro de gravitações do preparo do pessoal de enfermagem.

VI — Aos Diretores de Hospitais e Serviços de Saúde

15. a — procurar, dentro das possibilidades, suprir os hospital e serviços de saúde, de pessoal de enfermagem habilitado e em número satisfatório;

b — promover condições para o Serviço de Enfermagem orientar através de trabalho sistemático de supervisão e avaliação, o pessoal de enfermagem em serviço.

VII — As Escolas de Enfermagem

16. Promover a formação mais completa do enfermeiro, estimulando e desenvolvendo as qualidades de liderança e habilidade de trabalho em equipe.

17. a — dar aos alunos, além da integração dos aspectos sociais e de saúde nos diversos estágios, experiência de enfermagem de saúde pública em unidades sanitárias, ambulatórios e outros órgãos assistenciais;

b — estabelecer convênio com organizações de saúde para estágio dos alunos, quando houver conveniência.

18. interessar organizações da Previdência Social para ofereçam oportunidades de estágio como complementação da experiência educativa em Saúde Pública.

16. Que o grupo dirigente influencie de modo decisivo na qualidade e amplitude da assistência prestada,

17. Que os aspectos preventivos e de promoção da saúde devam ser integrados no atendimento hospitalar,

18. Que os programas de saúde da Previdência Social devam atender aos aspectos preventivos e de Saúde Pública,

19. a — Que a maior parte da população do país vive no meio rural carente de programas de saúde;
 b — que com a escassez de profissionais atribui-se a recém-formados a direção de serviços de enfermagem dessas áreas.
20. A deficiência numérica de enfermeiros.
21. Que, desde a primeira legislação do ensino da enfermagem no país, a direção de escolas de enfermagem tem sido prerrogativa do diplomado em enfermagem,
22. O interesse de toda a classe pela formação de enfermeiro,
23. — Que por leis federais os enfermeiros estão classificados no Serviço Técnico Científico, nos níveis dos demais universitários.
19. Proporcionar, sempre que possível, aos estudantes, estágio de administração em Saúde Pública em pequenas comunidades rurais.
20. Preparar os auxiliares de enfermagem para atuar eficientemente no hospital-unidade sanitária, sob supervisão da enfermeiro.
- VIII — Ao Presidente do Conselho Federal de Educação e ao Diretor da Diretoria do Ensino Superior:
21. Continuar em vigor o dispositivo legal segundo o qual a direção de escola de enfermagem é prerrogativa de diplomado em enfermagem.
- IX — A Comissão de Peritos de Enfermagem do MEC
22. Enviar à Diretoria do Ensino Superior, em aditamento a seu relatório, o currículo mínimo aprovado pela Assembléia Geral da ABEn.
- X — Aos Senhores Governadores e aos Senhores Prefeitos das Capitais dos Estados de São Paulo, Pará, Santa Catarina, Bahia, Minas Gerais e Goiás.
23. a — enviar às Assembléias Legislativas Projetos de Lei classificando a carreira de enfermeiro como de nível universitário;
 Ao Magnífico Rector da Universidade de São Paulo:
 b — classificar os enfermeiros que exercem suas funções na Universidade no nível universitário;
 Aos Senhores Presidentes das Assembléias Legislativas dos Estados de São Paulo, Pará, Santa Catarina, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Goiás e respectivas Câmaras Municipais:
 c — promover em lei a inclusão do enfermeiro, servidor público, no nível universitário.

24. Que por decreto do Presidente da República foi atribuído aos enfermeiros do serviço público federal gratificação de nível universitário de 15%, que tal gratificação, deveria ser de 20%, correspondente a curso de 4 anos,

25. a — que a Previdência Social tem como um dos objetivos essenciais proporcionar aos segurados e beneficiários um programa global de saúde;

b — que apesar de o regulamento geral da Previdência Social em seu artigo 119, parágrafo único, mencionar a assistência de enfermagem, não existe em sua estruturação órgão algum que seja de enfermagem,

26. Que existem nos Serviços de Saúde da Previdência Social grande número de servidores de enfermagem não devidamente preparados para as funções que exercem,

27. Que são restritos os benefícios de caráter preventivo proporcionados pelos Institutos,

XI — Ao Senhor Presidente da República

24. Estabelecer a gratificação de nível universitário dos enfermeiros, em 20%.

XII — Ao Conselho de Medicina da Previdência Social

25. Organizar, junto aos Departamentos de Assistência Médica dos Institutos de Previdência, o Serviço de Enfermagem coordenando, tecnicamente, a enfermagem dos ambulatórios.

XIII — Aos Conselhos Administrativos de Cada Instituto

26. a — exigir, para admissão de pessoal de enfermagem, sob qualquer modalidade, prova de habilitação;

b — possibilitar sejam organizados, sob a responsabilidade de enfermeiros, programas de educação em serviço.

27. Incrementar, nos ambulatórios, com a colaboração de enfermeiros, programas de saúde pública, incluindo:

— emprego de vacinas anti-tetânica e anti-tifóidica para adultos, sobretudo nos ambulatórios das regiões onde as condições sanitárias sejam deficientes;

— incremento da campanha para educação sanitária, na prevenção de tuberculose, renovando periodicamente o senso torácico;

— inauguração de campanhas de educação sanitária para a profilaxia das doenças cardiovascular-vasculares, principalmente o infarto; doenças da nutrição, especialmente a diarreia infantil; doenças metabólicas, especialmente o dia-

betes e profilaxia das doenças mentais.

XIV — *As Comissões de Constituição e Justiça, Educação e Cultura, Orçamento e Fiscalização Financeira*

28. a — Que a ementa e o texto d Projeto de Lei n.º 3.803/62, na Câmara dos Deputados, apresentam certas falhas e contrariam direitos dos profissionais de enfermagem;

b — que o Projeto não foi apreciado pela Diretoria do Ensino Superior do MEC nem pelo Conselho Federal de Educação, embora contendo assunto a eles afeto,

28. a — Solicitar informações ao Ministério de Educação e Cultura sobre o Projeto n.º 3.803/62, em vista de os cursos nele previstos (cap. II) não corresponderem às atuais diretrizes de formação dos profissionais técnico-científicos e liberais;

b — aprovar emendas ou substitutivo ao Projeto de Lei n.º 3.803/62, para corrigir injusta omissão da enfermagem obstétrica (Lei 775/49), no referido Projeto.

Curitiba, 21 de julho de 1962.

RECOMENDAÇÕES DAS ASSEMBLEIAS GERAIS DE 16, 17 e 21 DE JULHO DE 1962

I — *Da Revista Brasileira de Enfermagem*

1. Que seja aumentado o preço da assinatura anual para Cr\$ 300,00, no país e para US\$ 4.00, no estrangeiro, a partir de 1963.

2. Que as Seções incluam, obrigatoriamente, o preço da assinatura da Revista na anuidade de cada sócia.

3. Que as Sucursais se in-

teressem por obter assinantes avulsos.

4. Que as Seções se empenhem em obter anúncios de laboratórios, firmas e indústrias locais, consultando para isto, a tabela de preços impressa na própria Revista.

5. Que as Sucursais não se descuidem de distribuir as Revistas com prontidão.

II — *Da Comissão de Estatuto e Regimento*

Que seja acrescentado ao art. 34 do Estatuto da ABEn, os seguintes parágrafos:

§ 1.º — Terminado o mandato da presidente, esta preencherá automa-

ticamente o cargo de 2.ª vice-presidente;

§ 2.º — No caso de reeleição da presidente, a 2.ª vice-presidente continuará no cargo.

III — *Da Comissão de Legislação*

1. Que sejam entregues pela presidente da ABEn a esta Comissão, pareceres aprovados pela Assembléia ou por sua delegação, sobre:

a) Projeto de Lei n.º 3.082/57 sobre o ensino da enfermagem;

b) Projeto de Lei n.º 1.381/56 que dispõe sobre o salário profissional de

todo o pessoal de enfermagem;

- c) Estudos para a regulamentação do artigo 90 de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sobre saúde escolar;
- d) Estudos para portarias baseadas no parágrafo único do art. 119 do Regulamento Geral da Previdência Social, isto é, estrutura e funções dos serviços de enfermagem;
- e) Estudos para a estruturação dos serviços de enfermagem no Departamento Nacional de Endemias Rurais, no Serviço Social

Rural e no Serviço Nacional da Lepra.

- 2. Que seja estudada a conveniência e possibilidade de criação da Assessoria de Legislação e Educação para a ABEn.
- 3. Que seja acrescentada às funções das Comissões Técnicas da ABEn a seguinte: estudar e propor à Diretoria da ABEn providências junto aos Ministérios e outros órgãos federais e às casas do Congresso Nacional para melhorar a assistência de enfermagem ao público e criar condições mais satisfatórias do que as atuais para todo o pessoal de enfermagem.

IV — Da Comissão Executiva do XIV Congresso Brasileiro de Enfermagem

Que seja instituído um Fundo de Congresso com a contribuição mínima anual de Cr\$ 10.000,00 a

ser paga até março de cada ano, por todas as Seções e Distritos da ABEn.

V — Da Comissão de Educação

- 1. Que a Presidente da ABEn nomeie uma Comissão Especial para o estudo do nível e do currículo do curso de auxiliar de enfermagem, da qual participem membros das seguintes Comissões: Educação, Proteção à Maternidade e Infância,

Auxiliar de Enfermagem, Legislação e um membro da União Nacional de Auxiliares de Enfermagem.

- 2. Que a Assembléia Geral delegue poderes à Diretoria da ABEn para discutir e aprovar a matéria acima.

VI — Da Seção do Estado do Rio

Que as Seções se empenhem em estar presentes em todas as reuniões e congressos promovidos por

outras entidades, no Estado, para apresentarem o ponto de vista da enfermagem.

VII — Da Seção de Brasília

- 1. Que a ABEn, em nome da Assembléia Geral, telegrafe ao Deputado Janduhy Carneiro, relator da emenda ao orçamento da União para 1963, solicitando-lhe esforçar-se pela manutenção da verba de Cr\$ 10.000.000,00 para a construção da se-

de da ABEn, em Brasília.

- 2. Que as Seções trabalhem junto aos seus Deputados no mesmo sentido.
- 3. Que seja instituída, pela ABEn, a "campanha do tijolo" para a construção da sede.

Curitiba, 1962.

NATAL DOS POBRES

Este artigo foi publicado numa revista de ex-alunas da Congregação das Irmãs da Providência de Gap, no ano de 1951. Passaram-se 10 anos, mas o problema permanece. Daí, a conveniência de sua reconsideração.

Tal é a nossa condição humana, tributária da matéria, que o comportamento mais carregado de vida tende a se cristalizar em formas que se vão esvaziando, pela rotina, de seus valores mais elevados.

Sem um esforço constante de superação, corremos o risco de fixar formas de conduta que não atingiram as possibilidades máximas de seu conteúdo.

Num esforço honesto de busca, em direção ao melhor e mais perfeito, vamos reconsiderar aqui e com a maior atenção, um tema que tem agora a sua oportunidade: — O Natal dos Pobres.

O Natal é uma dádiva feita a nós, homens, todos pobres, paupérrimos. Por isso, todo Natal é dos pobres. De fato, estávamos todos nós — a humanidade — sentados “nas trevas e nas sombras da morte”, tão infelizes, chorando uma ruína, em si mesma irreparável! Mas, eis que vem o Senhor! e já vem! estão, pois, justificadas todas as manifestações de alegria! Sim, haja nesta Noite Feliz, mais luz em casa, mais calor, e flores e frutas — castanhas ou nozes — e vinho e doces; e troca de presentes e votos; e brinquedos para as crianças: boneca e cavalinho; e uma árvore enfeitada de neve, segundo a tradição graciosa! Está certo, muito certo. E tudo é pouco para manifestar um regozijo que já foi anunciado pelos Anjos: “Eis que venho dizer-vos uma grande alegria que caberá a todo o povo: é que vos nasceu hoje na cidade de David, o Salvador que é o Cristo Senhor” (Lc 2, 10-11).

Mas, há entre os filhos de Deus muitos que não têm dinheiro nem para as coisas mais necessárias à vida cotidiana; desprovidos também, quase sempre, de cultura e conforto espiritual, em chegando o belo dia, têm que passá-lo na mais extrema penúria.

Então, corações bondosos se lembraram de fazer, no Natal, distribuição de roupas, mantimentos e brinquedos aos necessitados. Um princípio de caridade, de valor inegável inspirou o movimento que vai se difundindo e repetindo sob formas mais ou menos variadas, que não vem ao caso considerar aqui. Apenas verificamos um fato e vamos **repensá-lo**, buscando diretrizes de pensamento e de conduta. Senhora e moças caridosas angariam recursos, confeccionam roupas, ajuntam brinquedos, imprimem cartões e os distribuem àqueles que, no dia, terão o direito a serem contemplados. Marca-se o local e a hora. Muito antes do momento apazado, eis que começam os pobres a chegar e em breve está feita a aglomeração ou a fila.

Cara leitora, não vejas em minhas palavras censura, senão crítica construtiva: o que se faz é bom, queremos fazer melhor; não nos move outra intenção.

Quem já não viu dessas filas, sobretudo nas grandes cidades? É espetáculo constrangedor. Qualquer coisa que se chama dignidade e que clama dentro em nós, mesmo quando é ferida na carne de um irmão, nos instrui por um pudor que às vezes fica na zona do inconsciente, dizendo: não está certo.

E que não seja exagero, ou parecer subjetivo de quem escreve estas linhas, diga-o o trecho transcrito abaixo e colhido de uma reportagem de "O Correio da Manhã", do dia de Natal de 1950 e trazendo o sub-título: — Mais triste —

"Mais triste ainda foi a repetição desse espetáculo de todos os anos: em várias ruas, no centro e nos bairros, as filas compridas de crianças maltrapilhas e macambúzias, sentadas nas calçadas, acudindo ao convite de algum espírito caridoso. Horas e horas de espera sob aquêle sol escaldante de ontem, e depois a entrega do caminhãozinho vermelho ou do embrulho misterioso que faz abrir a cara suja num sorriso de poucos segundos. Vingam-se de Papai Noel, não acreditamos nêle:

— Recebeu seu presentinho de Papai Noel?

— Não senhor... — resposta sem cálculo nem intenção — ... foi Da. Zulmira, a mulher do dono da Fábrica".

Assim é. Depois de muitas horas ao sol, em situação incômoda e humilhante, faz-se a distribuição. Uma criança leva um carrinho de lata, outra um saco de balas que terá comido antes de chegar à casa. Um sai resmungando, porque não recebeu tanto quanto esperava; outro tem inveja do vizinho da esquerda que recebeu mais ou melhor; há o caso dos espertos que se enfiaram de novo na fila para receber duas vezes; e há o caso daqueles que se atrevem a chegar sem cartão. E daí surgem os conflitos.

Vi uma vez um menino chegar sem o cartão e foi repellido com palavras duras. O sol ardia, o cansaço, a irritação eram grandes, muito alvoroço no pátio e a dama de caridade já estava sem reservas de paciência. Era um garoto de seus doze anos, chegou entre tímido e audaz e foi repellido àesperamente. Vi-o afastar-se; quis perguntar-lhe o nome, de onde vinha, se tinha pai, se almoçara naquele dia... Já ia longe, perdeu-se na multidão: foi o seu Natal!

Quando a distribuição não é bem organizada, acontece também que, mesmo alguns que trazem cartão, voltam sem nada receberem: — Acabou, não tem mais! — Vi dêsses que voltavam com as mãos vazias e tinham vindo de longe: foram enganados, em certo modo ludibriados em sua pobreza humilde, em sua pequena esperança...

E eles voltam. Uns ostentam sem pejo o que ganharam; outros, infelizmente menos numerosos, escondem sob o braço a esmola que nem foi embrulhada. Estes não perderam sua altivez de homens, há uma dignidade que se

defende ainda na maior pobreza. Mas, leitora, não te parece que fica diminuída essa dignidade em tais distribuições públicas de esmola?

Ah! caridade! como te degradam os cristãos, os filhos da luz, não por mal, mas por inconsciência tantas vezes, por irreflexão! como te enxovalham, tu, a veste de peregrina beleza que cobre a multidão dos pecados, tu confundida na bôca do Mestre com o primeiro e o maior dos mandamentos, tu que carregas o mesmo nome de Deus que é chamado Amor!

E tôda essa gente que corre por um metro de pano, acaso se tem revestido — no sacramento da penitência — do indumento da graça? êsses que correm por um pedaço de pão, acaso comeram, de manhã, aquêlê Pão que nos é entregue sob a forma de um Menino? Nem sempre se cogita disso. Natal dos pobres? antes se diga: pobres do Natal. E pobres coitados.

Quase sempre, também as senhoras de caridade são pobres coitadas nesse dia. Cansadas, irritadas, tantas horas fora da casa, mal podem celebrar aquela paz que foi anunciada pelos Anjos, aos homens de boa vontade, nesse dia do Senhor.

Agora, ouço a leitora dizer: que cousa esquisita, ao ler o título, pensei que viria um estímulo para as distribuições de Natal. Devemos, então deixar de lado o pobre? Longe de mim tal pensamento. Lembremos dos pobres. Apenas me refiro ao **modo** de fazer o Natal dos pobres. Como fazer?

Assim: muito antes do Natal, **visitar** as famílias, **como amigos**, conhecer as crianças, o **nome** de cada um; adivinhar, ou perguntar discretamente o que desejam mais. Então, preparam-se os volumes que são entregues nas vésperas, ao **Pai de Família**. Simples. Sim, demasiado simples, como aquêlê Menino envolto em faixas e reclinado num presépio.

Chegado o dia de Natal, a dama de caridade não tem a satisfação de ver o riso da criança ao receber o brinquedo. Não, ela abdicou essa alegria em favor do pai. Em compensação, está mais desembaraçada, suas mãos esvaziadas de tudo, estão mais livres, para a dedicação no próprio lar, para se juntarem, diante do presépio, em adoração.

Também o pobre está livre. Está **em casa**. E ali, o que se passa? Desde a véspera, o pai distribuiu talvez nos sapatinhos, junto ao fogão velho, o brinquedo, o presente que, naquele humilde lar cada um recebe diretamente da mão que ali representa e substitui a mão providente de Deus. Esse pobre pai tem a ilusão de que êle mesmo conquistou para a sua casa aquelas alegrias; e assim, recebeu de um coração inteligente e discreto, mais que a esmola material, êsse dom inestimável: é que dá em sua casa! Então, estreitam-se ali laços de simpatia humana, cultiva-se o valor de uma dignidade que nunca se deverá perder. E isso vale muito mais que sonoros discursos sôbre a estabilidade do lar.

Consideremos que o Cristo nos veio dentro de um lar; e talvez não seja sem um desígnio particular que a Providência tenha feito do Natal — através de condições históricas que não vamos analisar — uma festa de família.

Assim entendemos o Natal dos pobres. Custa um pouco mais, porque é preciso visitar o pobre em **sua casa** e conhecer-lhe o **nome**. Mas, vamos trabalhar nessa direção? Como já disse, não é uma censura que faço, mas um

convite. E é preciso fugir à cristalização das formas, para que os nobres impulsos íntimos cheguem à eclosão perfeita.

Ainda que não tenhas oportunidade de ação em tal terreno, retifica teu pensamento. Procuremos reencontrar o sentido profundo dos nossos gestos, procuremos repensar cada coisa de acordo com as exigências íntimas de sua natureza. Só assim, nessa base de **verdade**, tudo será restaurado em Cristo.

E possamos nós, e eles pobres, sem outras preocupações, receber naquele dia, de alma aberta, a dádiva do Menino envolto em panos. De alma aberta, como a flôr ressequida, como o passarinho sedento quando, depois de longa estiagem, cai a chuva: "Rorate caeli desuper, et nubes pluant Justum — Céus, deixai cair o vosso orvalho, e que as nuvens chovam o Justo!

Antes de terminar, um reparo: cuidemos em não julgar-nos ricos diante daqueles que chamamos pobres. É outro o sentido cristão do Natal: somos todos pobres; estávamos "sentados nas trevas e nas sombras da morte". Enfim, podemos todos, nós e eles, que somos pobres e irmãos, alegrar-nos, rir e brincar em torno de uma árvore vestida de algodão e de luzes, pois que já agora temos o bastante para a áspera peregrinação desta vida: foi-nos dado um Menino, uma Cruz e um Pão...

Irmã Marie Ange



-Viu, mamãe? Raspei o prato!...

As crianças adoram o gostoso mingau de Farinha Láctea Nestlé. Leve, de fácil digestão, é nutritiva e saudável. Contém puro leite integral, cereais maltados, açúcares, sais minerais e vitaminas A, B¹ e D, que fortalecem o organismo infantil.

NA REFEIÇÃO MATINAL
DÊ A SEUS FILHOS

**FARINHA LÁCTEA
NESTLÉ**

DE PREPARO
INSTANTÂNEO,
SEM LEVAR AO FOGO



Notícias da C.L.A.R.

O Secretário interino da CLAR, Revmo. Pe. José Sosa Núñez, SDB, em carta circular nos comunica o seguinte noticiário:

A **Segunda Reunião de Junta Diretiva da CLAR** realizou-se na cidade de Buenos Aires de 10 a 14 de setembro p.p., conforme estava previsto. Participaram 14 dos 16 membros.

Já foram enviadas a Roma as Atas e as Conclusões dessa Reunião, para a aprovação da Sagrada Congregação dos Religiosos.

Eleição do novo Secretário Geral. Seguindo as instruções da Sagrada Congregação dos Religiosos e em virtude das atribuições que os estatutos dão à Junta Diretiva, esta, aos 12 de setembro, escolheu o novo Secretário Geral, na pessoa do Revmo. Pe. Daniel Baldor S. J., natural da heróica República de Cuba e Provincial da Companhia de Jesus na Venezuela.

Em data de 13 de setembro o Cardeal Valeri, Prefeito da Sagr. Congregação dos Religiosos, enviava o seguinte cablograma ao Revmo. Abade Presidente da CLAR: "Sagrada Congregação confirma eleição Baldor — Expressa fêrvidos votos novo Secretário e Junta CLAR".

Dêste modo se encheu o grande vazio deixado há um ano pelo Padre Emílio Arango, eleito pela Assembléia em 1960, confirmado pela Santa Sé no mesmo ano e que, ao deixar seu cargo de Provincial para tomar o cargo de Secretário, foi chamado ao prêmio eterno.

Novos membros da Junta Diretiva. A Ordem Franciscana e as Repúblicas da América Central serão representadas na Junta pelo Revmo. Padre Patrício Busnardo OFM, Presidente da Conferência de Religiosos da Guatemala. Sua nomeação foi feita pela Sagrada Congregação dos Religiosos a 11 de julho de 1962, ficando no lugar do agora S. Excia. Mons. Lourenço Graziano OFM, atualmente Bispo Auxiliar de Santa Ana em El Salvador.

Como o Revmo. Pe. Angel Oñate, Superior Geral da Congregação dos Missionários do Espírito Santo, terminou seu período e no Capítulo Geral de Sua Congregação foi designado Procurador da mesma junto à Santa Sé, a Sagrada Congregação, em data de 3 de setembro de 1962 nomeou conselheiro da CLAR o Revmo. Pe. Jesus M. Padilla, novo Superior Geral dos Missionários do Espírito Santo. Dêse modo a promissora e muito desenvolvida Conferência dos Institutos Religiosos do México (CIRM) tem junto à CLAR um representante autorizado.

Mudança da Sede do Secretariado da CLAR para Bogotá. A Sagrada Congregação dos Religiosos decidiu fixar a sede do Secretariado da CLAR na cidade de Bogotá, onde ficará mais perto do CELAM.

Esta mudança efetuar-se-á logo que o novo Secretário Geral, Reverendíssimo Pe. Daniel Baldor S. J., fixar sua sede na cidade de Bogotá.

Tôda a correspondência será dirigida agora ao seguinte endereço provisório: Revmo. Padre Daniel Baldor, Secretário General de la CLAR, Carrera 13 — N.º 40-82 — Apartado aéreo 95-28, Bogotá D.E. — Colombia.

Tesouraria da CLAR. Devido à mudança da sede da CLAR, antes para o Rio de Janeiro, depois para Lima e agora para Bogotá, não foi possível estabelecer a sede da mesma. Devido também ao ter o Irmão João de Deus, Tesoureiro da CLAR, assumido novas responsabilidades dentro de sua Congregação, foi necessário pensar num substituto provisório.

A Junta, em sua última reunião, determinou fixar na cidade de Bogotá a sede da Tesouraria, para uma mais estreita colaboração com o Secretariado Geral.

Pediu-se à Revda. Irmã Cecília Fernandez Rueda, das Irmãs de São João Evangelista, atual Tesoureira da Conferência dos Superiores Maiores Religiosos da Colômbia, que exerça o cargo de tesoureira da CLAR, sob a dependência do Revmo. Padre Baldor.

PEDIDOS DE NOVAS FUNDAÇÕES

Piracáia — SP. A Diretoria da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia São Vicente de Paulo pede Irmãs para assumirem a direção do Hospital e Maternidade. A instituição mantém em prédio próprio, recém construído, Hospital e Maternidade, com 31 leitos para enfermos, possuindo ainda um centro cirúrgico modernamente instalado e em franco funcionamento, sob a direção de um cirurgião competente, auxiliado por dois outros médicos. Está ainda o Hospital aparelhado com conjunto de Raios X e brevemente será dotado de um laboratório completo e outros aparelhamentos já adquiridos. Piracáia é uma cidade de clima salubérrimo e de excelente água; está próxima de São Paulo, a 1,30 h. de viagem por boas estradas; pertence à diocese de Bagança Paulista, próxima da cidade.

NS-1P-24/62

NOVO NESCAU

tem gosto de festa!



NESCAU É GOSTOSO!

No refeição matinal, ou a qualquer hora, as crianças adoram um copo do gostoso e nutritivo NESCAU!

NESCAU É VITAMINADO!

Contém vitaminas A e B1, proteínas, açúcares e cereais maltados.

NESCAU É INSTANTÂNEO!

Basta pôr uma colher de NESCAU num copo de leite, mexer ligeiramente... e pronto!



QUENTE OU FRIO...
É GOSTOSO... É SADIO!

Santa Rita de Jacutinga — RJ. A Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia está interessada na vinda de 2 ou 3 religiosas que pudessem zelar pelos destinos da Instituição. A Santa Casa já tem pronta uma aprazível residência destinada às Irmãs.

Petrópolis — RJ. A Associação Sanatório N. Sra. das Graças pede três ou quatro religiosas que tomem a administração do Hospital de Crianças Tuberculosas, supervisionando a enfermagem e a parte religiosa, moral e econômica da mesma. O Hospital funciona atualmente para 30 a 40 crianças (meninos: de 1 a 10 anos. — meninas: de 1 a 16 anos), e já tem pessoal leigo de serviço.

BIBLIOGRAFIA

Francisco Dantec. **AMOR CRISTÃO — LARES FECUNDOS E UNIDOS**. Trad. de José C. Saraiva (Coleção "Ecclesia", n.º 8). Lisboa, Livr. Sampedro, São Paulo, Ed. Herder, 1962. 352 pgs.

Com a autoridade que extravasa — e em muito — de sua importante diocese, Mons. André Fauvel, Bispo de Quimper e Lião, escreveu ao Pe. Dantec: "Mesmo sem dizer aos esposos cristãos que nenhum está dispensado da Cruz e até sublimando as renúncias que lhes impõe aquela sua qualidade, V. Revma. tornou-se um orientador precioso para os lares desejosos de viverem conscientemente unidos, adquirindo assim um aprofundamento na espiritualidade conjugal".

E o autor, no pórtico de sua obra, adverte: "não é um livro para todos; é desaconselhado para muitos..."

O que tornará, portanto, tão sedutor este trabalho que chega às mãos do leitor com dúplice e séria advertência?

Sem dúvida é precisamente a profundidade do saber teológico do renomado sacerdote que o escreveu, tão atento a "escuridão e às dúvidas que perturbam a moral conjugal e ao vago de certas respostas que desconcertam..."

Mas o Pe. Dantec não buscou apenas a oportunidade da advertência; teve, mais, a preocupação e o "desejo de ver claro", como diz Mons. Fauvel, para ensinar a "agir com toda a direitura".

Isto faz de "Lares fecundos e uni-

dos" não um rotelero em bitola estreita, para tornar-se a estrada larga e de horizonte amplo por onde os casais cristãos possam caminhar seguros, sem um falso conceito da união matrimonial, mas "conhecendo a grandeza cristã da carne".

O livro que em nada coíbe a união carnal dos cônjuges, busca apenas tirar deles o "sentido profundamente pagano e grosseiramente afrodisiaco do mundo moderno", para dizer a marido e mulher todo o direito que humana e cristãmente podem usufruir e as liberdades a que se não podem dar.

É um verdadeiro guia moral do amor cristão entre cônjuges, sem o menor intento de apenas admoestar, todo ele escrito, sim, com as exigências da caridade, pelo que lhe cumpre bem informar, mas sobretudo com a solicitude da caridade, pelo que lhe compete no bem ajudar a formação de "lares fecundos e unidos", que se tornarão por isso mesmo "lares irradiantes".

Não foi em vão que Mons. Fauvel buscou o concurso do Pe. Dantec: precisamente por seus conhecimentos teológicos foi que o chamou para o seminário maior de Quimper e para a pregação de retiros às famílias de sua diocese.

Theo Rangel

Josef Brems. **GRÁFICOS ILUSTRATIVOS DO "CATECISMO CATÓLICO"**. Para quadro negro e caderno de classe. Prefácio e introdução de Klemens Tillmann, São Paulo, Ed. Herder, 1962. XXIV. 244 pgs.

Este manual apresenta toda a matéria do catecismo em gráficos, ajudando ao catequista a prender a

atenção dos alunos e tornar o assunto mais bem compreendido, ocupando as faculdades visuais. Enquanto

o catequista, durante a aula, desenha os gráficos no quadro negro, as crianças assistem à formação dos mesmos reproduzindo-os de bom gosto no caderno. Destarte, à mão do gráfico desenhado, o aluno se lembra mais facilmente da doutrina explicada na aula.

O sumário dos temas (pp. XIII-XXIV) oferece uma rápida explicação e enumeração de todos os gráficos, havendo também no meio das ilustrações o texto explicativo indispensável.

Dom. J. B. Chautard. *A ALMA DE TODO O APOSTOLADO*. São Paulo, Ed. Coleção F.T.D., 1962. 250 pgs.

Abade de Sept-Fons, O. C. R., o Autor viu sua obra, antes de morrer em 1935, traduzida em várias linguas, honrada com um autógrafo de Bento XV e recomendada tanto por Pio X como por muitos Cardeais e Bispos (p. 10-12), tendo a nova edição brasileira o prefácio de Dom Geraldo Sigaud SVD (p. 13-24).

Todo este livro procura combinar a exclamação paulina: "Ai de mim, se eu não evangelizar" (1 Cor 9, 16) com a palavra evangélica: "De que

O fato de ter sido aproveitada a 3.^a edição do original alemão garante ao estudo uma perfeição magistral. Para futuras reedições brasileiras recomendam-se entretanto algumas alterações, substituindo-se, p. ex., o limpador de chaminé (p. 195), a festa de São Nicolau (p. 219), etc., por serem estranhos entre nós. Mesmo que o catequista não saiba desenhar, encontrará neste manual muitas comparações para melhor explicar a doutrina cristã. F. A. C.

aproveita ao homem ganhar todo o mundo, se vier a perder a sua alma?" (Mt 16, 25), contendo a obra os seguintes capítulos: 1. Deus quer as obras e a vida interior; 2. União da vida ativa e da vida interior; 3. A vida ativa perigosa, sem a vida interior; unida a esta, assegura o progresso da virtude; 4. Fecundidade das obras pela vida interior; 5. Alguns principais avisos para a vida interior.

F. A. C.

Outras publicações enviadas à redação

Dom Claude Jean Nesmy. *SÃO BENTO E A VIDA MONÁSTICA*. Coleção "Mestres espirituais". Tradução das Monjas Beneditinas da Abadia de N. Sra. das Graças. Rio de Janeiro, Agir, 1962. 192 pgs. ils.

Alain Birou, O.P. *SOCIOLOGIA E RELIGIÃO*. Pref. de M. D. Chenu. Trad. de José Aleixo Dellagnello. São Paulo, Livr. Duas Cidades, 1962. 220 pgs.

René Girault. *RUMOS DE UM CATOLICISMO EVANGÉLICO*. Trad. de Fátima de Souza. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1962. 234 pgs.

Pe. N. de Campos. *A MISSA EXPLICADA PARA OS ESPOSOS*. 2.^a ed. Petrópolis, Vozes, 1962. 192 pgs.

Frei Carmelo Surian O. F. M. *ELEVA TEU DOENTE*. Petrópolis, Vozes, 1962. 30 pgs.

José Bernard, S. J. *DEUS E A MATÉRIA*. (Coleção: Vozes em defesa da Fé, 55). Petrópolis, Vozes, 1962. 48 pgs.

Eymard l'Eraistre Monteiro. *PROBLEMAS DE EDUCAÇÃO*. Petrópolis, Vozes, 1962. 112 pgs.

Roberto Lopes. *RIBEIRINHO MEU AMIGO*. Ilustrações de Joselito. Petrópolis, Vozes, 1962. 72 pgs.

Regina Melillo de Sousa. *HISTÓRIA DE UMA ESTRELA*. Ilustrações de Regina. Petrópolis, Vozes, 1962. 32 pgs.

Mário Serrano. *AVENTURAS DO MACACO SIMÃO*. Desenhos de J. Carlos. Petrópolis, Vozes, 1962. 64 pgs.

Nihil Obstat

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1962

Pe. Frei Jacinto de Palazzolo, OFM Cap.

Censor Eclesiástico.